



Anais da Assembléia

Nº 150

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 143ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1979

(QUARTA-FEIRA)

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1979.

(a) FUAD NACLI

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 158/77

Art. 1º — Fica vedada a aposentadoria aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, antes de completarem cinco (5) anos de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único — Não são compreendidos pela restrição imposta, os atuais ocupantes dos cargos referidos no artigo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

Apoiamto: Domício Scaramella, Nestor Baptista, Carlos Zanlorenzi, Fidelcino Tolentino, Waldyr Pugliesi e Mário Celso.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência aos Projetos de Resolução nºs 130 e 131/79, de autoria da Comissão Especial, que visam respectivamente autorização de plebiscito em áreas dos Municípios de Catanduvas e Formosa, para consulta às suas populações sobre a criação dos Municípios de Três Barras do Paraná e Jesuítas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Irmã CRISTINA IUBEL, ocorrido em data de ontem, no Município de Campo Largo.

Outrossim, requer, aprovado o presente, sejada dada ciência da decisão da Casa à Casa Paroquial de Campo Largo (Praça Atílio Barbosa, s/n, Campo Largo).

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DIRCEU DE MELLO, ocorrido em data de 20 do corrente mês e ano, no Município de São João do Ivaí.

O extinto era residente no Distrito de Lunardelli, Município de São João do Ivaí, que com seu passamento consternou os moradores daquela comuna e deixou viúva a Senhora Juven-tina de Mello e três filhos menores.

Agricultor, com pouco mais de 35 anos de idade, faleceu quando acompanhava, na Câmara Municipal do referido município, a discussão e votação de requerimento de apoio à criação do Município de Lunardelli, aspiração de seus moradores.

Uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada, no Distrito de Lunardelli, Município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos, um voto de regozijo pela passagem do 24º aniversário do Município de Araruna, dia 29 do corrente. Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

O pujante Município de Araruna, é um dos principais produtores de café atualmente no Estado do Paraná, além de produzir soja, trigo, arroz, feijão e mandioca, destacando-se também pela sua promissora pecuária.

Conta atualmente com 33.000 habitantes, os quais fazem o progresso do município e ajudam o progresso do nosso Estado e na data de seu aniversário, nada mais justo que essa Casa se pronuncie dando ao mesmo município, um voto de regozijo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de

Rodagem - DER, solicitando seja instalada, com a máxima urgência, placas de sinalização e indicação nas rodovias estaduais de Maria Helena a Nova Olímpia e de Nova Olímpia a Cidade Gaúcha.

Tal apelo se faz em razão dos reclamos da população daquelas localidades, que vem encontrando sérias dificuldades pela competente sinalização das citadas rodovias.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1.979.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao DD. Secretário de Estado da Educação, Professor EDSON MACHADO, solicitando a estadualização da Escola Municipal de 1.º Grau Alberto Santos Dumont, do Distrito de Ramilândia, no Município de Matelândia, bem como a implantação de um curso de 2.º grau na mesma escola.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1.979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Prende-se a solicitação para estadualização da Escola Municipal de 1.º Grau Alberto Santos Dumont, do Distrito de Ramilândia, Município de Matelândia, em reivindicação apresentada, com reiteração da Câmara Municipal de Matelândia e do Prefeito Municipal, pelas principais lideranças e pessoas ligadas à área educacional do distrito referido. A solicitação parte do Presidente da Associação de Pais e Mestres da Diretoria do Estabelecimento, do Líder do Grupo de Apoio da Associação de Pais e Mestres e do Presidente do Grêmio Estudantil, que apresentam longa justificativa, a qual também ratificamos na oportunidade, sabendo das reais condições em que se encontra a situação sócio-educacional do Distrito. Existe hoje esta escola de Primeiro Grau, mantida pela Prefeitura Municipal, que embora o apoio comunitário e da área estadual, encontra dificuldades na manutenção do estabelecimento.

Por outro lado, é imperioso um trabalho no sentido de instalar um estabelecimento ao nível de Segundo Grau, para atender a massa estudantil, que após passar as fileiras da 8ª Série, não mais encontra condições para continuidade de seus estudos, necessitando deslocar-se para a sede municipal ou mesmo outros municípios, implicando por sua vez, numa nova ordem de fatores e valores influenciáveis na vida comunitária do distrito.

Igualmente o Distrito de Ramilândia abrange uma porção de localidades menores do interior do município, como um pequeno polo geo-econômico, ficando assim patente a importância da implantação de um curso de 2.º Grau na localidade.

Seria assim de bom alvitre um estudo acurado por parte da Secretaria de Estado da Educação, para determinar em que bases efetivas se deverá processar a requerida estadualização e a instalação de curso de 2.º Grau, para que, no próximo ano letivo, a classe estudantil de Ramilândia e circunvizinhança possa entrar numa nova realidade, servida de uma educação exemplar e de alto nível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando as seguintes informações:

1. Qual o órgão que estabelece a fixação de tarifas do transporte coletivo intermunicipal no Estado do Paraná?

1. Quantos e quais são os seus membros?

3. Quais os critérios adotados para a fixação dessa tarifa?

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1.979.

(a) PINTO DIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando providências no sentido de dotar a Delegacia de Polícia de Altônia, de melhores condições de funcionamento. Referida Delegacia, apesar de situar-se em sede de comarca com mais de 80.000 habitantes, não conta nem mesmo com viaturas para condução de presos e até mesmo o deslocamento de policiais para atendimento das menores ocorrências, é feito em veículos particulares, ocasionando assim grandes dificuldades para a ação policial. Urge, portanto, que ao menos seja destinada uma viatura àquela delegacia, objetivando maior segurança à população.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. Desembargadores Marino Bueno Brandão Braga e Ossian França, DD. Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça, agradecendo-lhes pela atenção dada a requerimento desta Casa no sentido de que os atos cartoriais imobiliários atinentes ao Município de Capitão Leônidas Marques, fossem procedidos na Comarca de Cascavel.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Em atenção a requerimento formulado por este Parlamentar, esta Casa recebeu da Corregedoria Geral da Justiça o ofício 6017/79, datado de 24 de outubro, dando-nos ciência de que os atos cartoriais imobiliários atinentes ao Município de Capitão Leônidas Marques, serão feitos, precariamente, perante o 1.º Ofício Imobiliário de Cascavel, até que seja instalado o 3.º Ofício do Registro de Imóveis daquela Comarca.

Com essa determinação, emanada do ilustre Desembargador Ossian França, digníssimo Corregedor Geral da Justiça, a ordem fica restabelecida naquele importante setor afeto ao Poder Judiciário, pois era inconcebível que tais atos permanecessem sob a jurisdição da Comarca de Capanema, em prejuízo da população de Capitão Leônidas Marques.

Atendida essa justa reivindicação, através de decisão proferida em expediente interno, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado faz-se merecedor de nossos sinceros agradecimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado o documento aprovado na primeira Assembléia dos Agricultores, ocupantes do Imóvel Chopinzinho, ao Sr. Presidente da República, João Baptista Figueiredo, Sr. Ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, Sr. Presidente do INCRA, Paulo Yokota, e a ELETROSUL, contendo uma série de reivindicações.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada solicitação ao Sr. Secretário da Segurança Pública, para instalação de um

Posto de Identificação na sede do Município de Catanduvas.
Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de atendimento. O Posto de Identificação mais próximo encontra-se a uma distância de 55 quilômetros, e conta atualmente com uma população de mais de 80.000 habitantes, fatos estes que justificam a instalação do mesmo.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 189/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPIRITA "OGUM MARINHEIRO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente.

Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de um ano, e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade, dentro das suas possibilidades e na medida em que as circunstâncias o permitirem, poderá desenvolver, qualquer obra que se enquadre em suas finalidades institucionais, ou seja, o ensino religioso espiritual e venha beneficiar a infância e a adolescência, sobretudo a mais desamparada.

Isto posto, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos apresentando um requerimento que, se aprovado, deverá ser encaminhado ao Sr. Presidente da República ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Sr. Presidente do INCRA e à ELETROSUL, requerimento este que faz uma série de reivindicações dos trabalhadores da região do Município de Chopinzinho, reivindicações feitas numa reunião recente, dia 4 de novembro, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho e pela Comissão Pastoral da Terra, cujo documento lerei após a leitura da justificativa do meu requerimento. (Lê):

"1. A expropriação da "Gleba Chopinzinho", do Município de Chopinzinho, promovida pelo INCRA, bem como o alagamento gerado pelas Usinas Hidrelétricas de Salto Santiago e Salto Osório, tem trazido inúmeros problemas para os agricultores da região que adquiriram suas terras regularmente através de Escrituras legais devidamente registradas no Cartório de Imóveis.

2. A atuação do INCRA tem deixado os agricultores em condições inseguras com relação aos novos títulos emitidos.

3. Os agricultores consideram uma injustiça serem obrigados a pagarem novos títulos e registro, inclusive por não terem condições financeiras.

4. Manifestamos nossa convicção da autenticidade das reivindicações dos trabalhadores atingidos que desejam simplesmente o cumprimento da Justiça, com a solução desses problemas".

(Lê documento dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho).

"Nós, abaixo assinados, reunidos em Assembléia de Agricultores do Imóvel Chopinzinho, ocorrida no Distrito de SAUDADES DO IGUAÇU — Município de Chopinzinho - PR, com a presença de 1.500 participantes, autoridades civis, eclesiásticas e inúmeras entidades, sob a Coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho, Sindicato Rural de Chopinzinho, Comissão Pastoral da Terra (CPT), e Comissão de Agricultores, face a problemática decorrente da expropriação promovida na região pelo INCRA, bem como pelo alagamento gerado pelas Usinas Hidrelétricas de Salto Santiago e Santo Osório, decidimos e reivindicamos o que abaixo segue:

1. Com relação à expropriação promovida pelo INCRA e baseada no Decreto número 78.425, de 15/09/76, abrangendo área de terras rurais titulada a diversos particulares, medindo 43.334.2300 hectares, denominada "Gleba Chopinzinho", situada no município do mesmo nome:

CONSIDERANDO

01. Que somos donos das terras adquiridas regularmente através de escrituras legais, oriundas de títulos definitivos e devidamente registradas no Cartório de Imóveis competente, a maioria até com mais de vinte anos de existência;

02. Que já pagamos pelas terras adquiridas e continuamos a pagar corretamente os impostos que incidem sobre as mesmas;

03. Que é uma injustiça a nova cobrança pelas mesmas terras, as quais já haviam sido medidas anteriormente, com títulos sobre os quais não pairam dúvidas quanto a sua legalidade, bem como os vínhamos utilizando em nossas operações creditícias junto aos estabelecimentos de crédito, inclusive Banco do Brasil;

04. Que assim como os títulos originários foram questionados em sua validade pelo INCRA, provocando insegurança em nós agricultores, agora há dúvidas com relação aos novos títulos atualmente emitidos pelo INCRA;

05. Que a maioria de nós não dispõe de condições financeiras para o pagamento do novo título e do novo registro, inclusive por ser abusivo o valor por este cobrado;

06. Que o valor indenizatório pelas expropriações está abaixo do valor real das terras na região;

07. Que inúmeros proprietários agrícolas sofrem ameaças por parte de funcionários do INCRA, no sentido de que "se esses pleitearem medidas jurídicas indenizatórias", o mencionado Instituto "não liberará os títulos das suas terras";

08. Que existem proprietários com títulos dominiais, cujas terras foram invadidas por terceiros, e a estes ora tituladas pelo INCRA;

09. Que o serviço de abertura de divisas e de colocação dos marcos feita por nós proprietários rurais, está sendo cobrado pelo INCRA,

REIVINDICAMOS

01. Que o INCRA não nos cobre o valor das terras pelo novo título emitido;

02. Que o INCRA não nos cobre as despesas decorrentes da nova demarcação das terras;

03. Que o novo título seja emitido em nome dos ocupantes das terras desde que nelas estabelecidos em época anterior ao levantamento promovido pelo INCRA;

04. Que os proprietários rurais com terras devidamente escrituradas mas que não lhes forem tituladas pelo INCRA, sejam indenizados de forma justa e atualizada.

2. Com relação à expropriação de terras situadas na bacia

da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago e construída pela ELETROSUL:

CONSIDERANDO

1. Que a ELETROSUL indenizou e vem indenizando as terras situadas na bacia de SALTO SANTIAGO a preços abaixo do valor real da região;
2. Que o INCRA continua cobrando impostos das áreas já indenizadas e situadas na Bacia de SALTO SANTIAGO;
3. Que o INCRA, na emissão do novo título, vem promovendo a cobrança do valor da terra nua e da demarcação, nas áreas já alagadas pelo reservatório da Usina de SALTO SANTIAGO,

REIVINDICAMOS

1. Que o valor indenizatório pago pela ELETROSUL nas terras desapropriadas para a Usina de SALTO SANTIAGO, seja pago no momento, a um preço mínimo de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) por alqueire;
2. Que não seja cobrado dos proprietários com terras na bacia de SALTO SANTIAGO qualquer valor por tais terras, decorrente de emissão de novo título, tampouco despesas de demarcação;
3. Que a ELETROSUL emita um documento mencionando a desapropriação de área de terra situada na Bacia de SALTO SANTIAGO, com aceitação pelo INCRA, para novo cadastramento da área remanescente.

3. Com relação à desapropriação de terras na bacia de SALTO OSÓRIO e também construída pela ELETROSUL:

CONSIDERANDO

1. Que grande número de proprietários rurais situados na bacia de SALTO OSÓRIO, não tem obtido, desde 1974, a indenização de suas terras pela ELETROSUL;
2. Que os proprietários rurais das áreas por onde cruzou a rede condutora de energia gerada pela Usina de SALTO OSÓRIO, e que tiveram desmatamento, devastação de plantações e danos em benfeitorias, até o presente momento ainda não receberam pelo direito de servidão,

REIVINDICAMOS

1. Que se proceda, imediatamente, o pagamento das indenizações devidas pela ELETROSUL, com relação às áreas situadas na bacia de SALTO OSÓRIO;
2. Que a ELETROSUL indenize os proprietários rurais com relação ao direito de servidão de danos causados pela rede condutora de energia de SALTO OSÓRIO.

Este documento conclusivo da 1ª Assembléia de Agricultores do Imóvel Chopinzinho, será encaminhado às seguintes autoridades: Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro da Agricultura, Ministro do Trabalho, Secretário da Agricultura, Deputados Estaduais e Federais da região, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Presidente do ITC, Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Chopinzinho, Presidente da CONTAG, Presidente da FETAEP, Presidente da FAEP, Bispo Diocesano de Palmas, Regional Sul II, da CNBB, Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, Órgãos da Imprensa.

Aguardamos o atendimento de nossas reivindicações dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir desta data, após o que novas medidas serão tomadas pelos envolvidos.

Este documento foi aprovado por 994 participantes, cujas listas de assinaturas se encontram na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho.

Chopinzinho, 09 de novembro de 1.979.

Pela autenticidade:

(aa) BRUNO BRAGATO.— Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho.

CLAUDINO VERONESE - Comissão Pastoral da Terra.

ATÍLIO FERRARINI - Presidente do Sindicato Rural de Chopinzinho.

CLÁUDIO RISSARDI — Agricultor
HONORINO DAGOSTINI — Agricultor
BASIÍLIO RAUBER — Agricultor
ERNESTO CASANOVA — Agricultor
ÂNGELO ZANESCO — Agricultor
REINALDO CASSINI — Agricultor
ADELINO SECCO — Agricultor
ALDIR MEGIOLARO — Agricultor
ALBERTO FIORENTIN — Agricultor
DARCI CECONELO — Agricultor
CLEMENTE SECCHI — Agricultor

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na manhã de hoje, por volta das 11 horas, juntamente com o Deputado Waldyr Pugliesi e o Deputado Nelson Friedrich, nos dirigimos até a Praça em frente ao estádio do Clube Atlético Paranaense, para verificar o andamento do movimento grevista dos trabalhadores da construção civil, da grande Curitiba, e quando lá chegamos, sentimos que a coisa estava para se transformar em pancadaria.

A coisa estava num clima de tremenda intranquilidade, porque os grevistas que ontem efetivaram este movimento de reivindicação, de um reajustamento salarial, sendo que os serventes que ganham Cr\$ 10,25 por hora, os mestres, os que são profissionais, reivindicam oitenta por cento para um ganho de Cr\$ 17,15 por hora. Um movimento justo de reivindicação, porque como é de conhecimento de todos, a atual política salarial empregada por este Governo que aí está, é desumana, cruel, porque faz com que o trabalhador brasileiro passe fome, passe reais necessidades de sua sobrevivência e eis que a solução que teria que ser dada na tarde de ontem, ficou transferida para hoje às 10:00 horas, sendo que, quando lá chegamos, pelas 11:00 horas, em seguida chegou o Presidente do Sindicato da Construção Civil e dizia que os patrões não compareceram numa reunião que ficou marcada para 08:00 horas na Delegacia Regional do Trabalho nesta Capital, num verdadeiro desrespeito para com o que havia sido combinado na tarde de ontem para se chegar a um acordo final, para que o movimento tivesse a sua reivindicação aceita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para fazer este registro e dizer que os Deputados do MDB que para lá se dirigiram, foi com o intuito de se solidarizar com aqueles grevistas, porque é um movimento justo.

Não fomos lá para insuflar, para fazer baderna, como ontem aqui nesta Casa quiseram insinuar que nós, do MDB, tínhamos nos dirigido ontem à tarde, à Praça Zacarias, para insuflar, para fazer baderna junto com os grevistas.

Voltamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com as mãos limpas, com as mãos sem sangue, porque fomos para lá, se não fosse a intervenção dos Deputados, nesta manhã, na Praça do Atlético, a coisa tinha se degenerado, tinha inclusive até dado morte, como aconteceu na última greve de Belo Horizonte, dos trabalhadores da construção civil.

Sr. Presidente, é preciso que esta Casa, que é a Casa onde o povo faz suas reivindicações através de seus representantes, também tome conhecimento deste movimento, para que o Poder Constituído deste Estado tome providências para que os peões, como são chamados, sejam atendidos nas suas reivindicações justas. Não é mais possível continuar, os peões deste Estado, a receber este salário de fome, a serem desrespeitados pelos patrões da construção civil da grande Curitiba.

Sobre este assunto, no horário da Liderança do meu Partido, o eminente Deputado Waldyr Pugliesi falará em nome

da bancada, para colocar a posição oficial do MDB sobre este assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Nós sabemos que existe em pleno funcionamento o porto fluvial de Guaíra, para atender aos transportes rio acima, levando as riquezas de nossa terra para outros Estados que as esperam e dela necessitam.

Nós estamos acostumados a admirar as dimensões deste País e, por vezes, nos limitamos a este sentimento de admiração, sem nos atermos ao aproveitamento destas potencialidades que, provavelmente, nenhum outro País as tenham em tão significativas proporções. Deus criou, em nossa terra, as melhores disposições para tudo aquilo que se pretender.

Estas nossas observações acima, se prendem ao que, a seguir, passamos a considerar, e diz respeito ao Município de Santa Helena, parte do qual será inundada pelas águas da represa de Itaipu.

É sabido que as estradas construídas e em construção sejam de Toledo ou de Céu Azul, se dirigem para Santa Helena. Por sua vez, estas referidas cidades estão ligadas às grandes rodovias, acrescentando que os ditos trechos, asfaltados ou em fase final, são relativamente de pequenos recursos, o que facilita e acelera a comunicação e descarga de mercadorias na cidade de Santa Helena.

Santa Helena é um município que se destaca na produção agro-pecuária e necessita de um porto à altura de suas necessidades, já por estas mesmas, como também porque a sua situação geográfica é propícia, adequando-se portanto, a esta sugestão.

Tanto isto é importante que, conforme sabemos, consta que Itaipu já formulou os estudos para a construção do Porto em Santa Helena, a ser implantado, evidentemente, depois que as águas forem represadas.

Temos que convir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a implantação do porto de Santa Helena terá uma alta significação, não somente para este município, mas igualmente para toda a região.

Será a comunicação mais rápida e menos dispendiosa para os transportes das áreas do Sul e do Sudoeste, será a agilização das operações, o barateamento do custo dos transportes e, conseqüentemente, mais uma parcela de apoio ao Governo brasileiro no seu programa de contenção de despesas de combustíveis.

Encarecemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois da respeitável aprovação desta Casa, sejam enviadas, em cópia integral, este nosso pronunciamento, aos Excelentíssimos Senhores Ministro dos Transportes, Ministro da Marinha, Governador Ney Braga e Diretor Presidente da Usina de Itaipu".

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dentro de uma orientação cristã; dentro de um homem de cabelos ligeiramente encanecidos, estamos, neste momento, da tribuna, para repudiar os homens que querem fazer a baderna em nosso Estado, em nosso País; dentro dos homens que olham o passado e que ao lembrarmos a baderna de 64, não vamos admitir, Sr. Presidente, nem que isto custe o nosso sangue, porque não vamos brincar com o povo. Não vamos brincar com a nossa própria família, ao darmos sustentação a baderneiros que usam dos: pobres trabalhadores de mãos calosas, que precisam de uma situação e de uma solução pacífica e cristã.

Não vamos, senhores, insuflar a greve, para que não venham, como vieram a esta Assembléia, a pegar operários aqui

e ameaçá-los de morte.

A nossa vida, Sr. Presidente, a nossa vida nem nada valem, se não estivermos ao lado de nossa comunidade. Se, nesta hora, que é uma hora de união, de pacificação, é hora de fazermos tiradas demagógicas; é hora de unir os paranaenses, e os brasileiros, unidos com um só ideal: o bem-estar de nossa terra e da nossa gente.

Que não sirva de exemplo Cuba, da Baía dos Porcos, que não sirva de exemplo a ditadura dos proletários da Rússia, de Lenin e de Marx. Que não sirva de exemplo aquela ditadura que é a pior dos séculos, onde homens são levados para a Sibéria; ao benefício postergado do povo, em um benefício falso, que o proletariado é apenas o palhaço do circo onde são levados os homens, os intelectuais para a Sibéria, quando divergem do comunismo do proletariado, a pior ditadura que há.

Muita gente defendeu Fidel Castro; homem que se apoderou do poder; homem que traiu o seu companheiro legítimo na Baía dos Porcos; homem que até hoje está lá mandando numa Cuba onde o subdesenvolvimento é dos piores da América Latina.

No Brasil onde podemos falar, onde fala a Oposição, ainda temos este direito, que não nos levem estes homens, da falsa demagogia, do falso messianismo, para uma Cuba ou para uma Rússia de proletariado, a pior de todas as ditaduras.

Estaremos aqui, desta tribuna, para enfrentar o que vier e o que der, sem ter medo de demagogia, sem ter medo dos homens que saem desta tribuna, que saem desta Assembléia para insuflarem, para se aproveitarem da miséria do trabalhador, do homem de mão calosa, depois virem aqui, como os salvadores da Pátria, a nos hostilizar, a hostilizar os seus próprios filhos, que isto seria uma página da história; uma página negra, negra, negra. Uma página dos homens que não querem outra coisa a não ser tirar proveito político.

Porque, lugar de Deputado, é na Assembléia. Não insuflando os operários humildes, que não querem outra coisa a não ser o bem-estar de sua terra e de sua gente. Esses homens que têm que ser orientados; estes homens, Sr. Presidente, que têm que ser orientados, porque estamos vendo os operários insuflados, não sei por quem, na rua, dando insegurança para a nossa família. Esses operários, coitados, muitas vezes sem noção do que é esta insuflação.

Estão dando insegurança e intranquilidade para a paz de nossa terra e de nossa gente. E haveremos de enfrentar. Enfrentaremos os demagogos, enfrentaremos os homens que não querem outra coisa a não ser tirar proveito eleitoral. Estamos aqui, para derramar o nosso sangue, para defender a nossa terra.

O cristianismo brasileiro está em jogo, porque na Rússia e em Cuba não se fala em cristianismo. Na Rússia, onde se fecham as igrejas; na Rússia, onde o problema ecumênico não existe, existe só o problema da ditadura e do proletariado, e os coitados dos operários, dirigidos por meia dúzia de chefes, estão lá, sem poder falar.

Aqui no Brasil, nós falamos. Falamos num País de democracia, numa ilha tranqüila, e haveremos de enfrentar esses demagogos que vão às ruas para insuflar o povo..

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A singular experiência de procurar os caminhos dos diferentes países, permite a abertura do entendimento a múltiplos aspectos do comportamento humano na sociedade.

No dia 5 transato, com a emoção suscitada pela saudade de nossa terra e de nossa gente, concluímos a missão de caráter cultural, que durante quase dois meses procuramos cumprir no exterior.

Após estada de alguns dias nas cidades de Nova Iorque,

São Francisco e Los Angeles, Estados Unidos da América do Norte, em atenção a honroso convite do Ilustre Governador da Província de Hyogo, Tokytada Sakai, integrei a delegação que duranta 16 dias do mês de setembro, visitou o Japão.

Durante este tempo, cumprindo o programa oficial elaborado pelas autoridades japonesas, tivemos a oportunidade de conhecer alguns aspectos do desenvolvimento econômico de várias regiões do País amigo, contando com a cordialidade ímpar de governantes, parlamentares, assessores e empresários.

Desde a nossa chegada ao Aeroporto Internacional de Narita, observamos notável ordem e rigorosa precisão nas diversas atividades. Enquanto nos deslocávamos à cidade de Yokotama, passando pelas imediações de Tóquio por moderna e movimentada rodovia, observamos desde a considerável contribuição do usuário através das taxas de pedágio até a preocupação dos poderes públicos, com a construção de monumentais obras de arte ou conjuntos residenciais, conhecidos como "aanchi". Chamou-nos a atenção também o aproveitamento de todo o espaço possível para a construção de residências ou agricultura, especialmente o arroz.

Nossos contatos em Yokohama, Kanagawa, Nagoya, Osaka, Kobe, Kakogawa, Kyoto, Sandai, Sapporo e Tóquio, foram mui interessantes e proveitosos.

A visita a Kobe, Capital da Província de Yogo, entretanto, nos impressionou especialmente.

Ali chegamos, através do veloz e confortável "trem bala", na tarde do dia 19 de setembro, sendo recebidos por atenciosa comissão.

Na manhã do dia seguinte, ouvimos do Governador, bem como do Presidente e membros da Assembléia, simpáticas e fraternais expressões ao nosso Estado, a que afirmaram muito admirar.

No dia 21, visitando a Prefeitura de Kobe, a Câmara Municipal, a Câmara do Comércio e Indústria e o Centro de Indústria e Comércio, pudemos ouvir outras expressões de apreço ao nosso Estado.

A bordo do navio Owada, tomamos conhecimento da gigantesca obra que se executa no porto de Kobe, com a construção da segunda ilha artificial, onde se realizará, em 1981, uma exposição internacional de grande importância.

Em seguida, verificamos "in loco" a grandiosidade do empreendimento que fará conjunto com o terminal de Depósito Sumitomo, estabelecido na ilha artificial pioneira.

Nos dias que se seguiram, conhecemos as modernas instalações fabris da Indústria Showa, especializada na produção do óleo de soja, da Indústria MCC, de produtos alimentícios enlatados, e da Indústria Alimentícia UCC.

Nessas últimas, soubemos ser expressiva a participação do nosso Estado no fornecimento de carne e de café.

Em decorrência desta missão, foi possível, por outro lado, observar que o trabalhador japonês está amparado por aprimoradas normas sociais. Os seus salários possibilitam um bom padrão de vida, eis que o aluguel não ultrapassa a vinte por cento da remuneração; alimentação é adquirida por preços moderados e o transporte - facilitado por modernos sistemas, especialmente o ferroviário - igualmente pouco oneroso é no cômputo das despesas.

O esforço físico, geralmente, não chega à penosidade, tendo em vista o elevado índice de automatização e os excelentes trabalhos de organização e direção adotados.

A jornada de trabalho é racionalizada para oito horas, compreendendo, notadamente, no setor terciário, o período das 10 às 18:00 horas.

Devido a circunstâncias relacionadas com a preparação profissional e situação demográfica, raramente o trabalhador passa à outra empresa. Conseqüentemente, como ocorre em uma família, muito importante se torna o bom relacionamento

com os companheiros, de dentro e fora dos locais em que desenvolvem suas atividades econômicas.

O povo, em geral, por sua vez, vive de forma organizada, adotando exemplares senso de responsabilidade e disciplina que, aliados à avançada tecnologia, impulsionam o progresso nos diferentes setores.

A educação é considerada de primordial importância, inexistindo, praticamente, o analfabetismo. O ensino básico, ministrado gratuitamente em nove anos, é obrigatório, sendo, conseqüentemente, elevado o grau de instrução daquele povo.

Outrossim, o problema da poluição que atinge situações críticas, está sendo convenientemente atacado, especialmente pelos poderes públicos.

Além das elevadas multas a indústrias e agentes poluidores que revertem a favor das possas atingidas pela poluição, muitos industriais são compelidos a instalar filtros e outros equipamentos para tratamento de resíduos, a transferir fábricas para áreas com pequena densidade demográfica, ou a encontrar fórmulas racionalizadoras, tais como o uso de caldeiras e incineradores comuns a várias empresas. Os veículos automotores são dotados de dispositivos capazes de evitar o desprendimento de elevadas taxas de monóxido de carbono, assim como de outros gases ou ruídos.

É admirável, também, a importância que o povo japonês reconhece na vegetação, para minimizar a poluição atmosférica. Apesar do pouco espaço para os aproximadamente 110 milhões de habitantes, existem consideráveis áreas reservadas a florestas e grande estímulo ao plantio, conservação e proteção de árvores.

Cabe, ainda, ressaltar a avançada tecnologia e o esforço de muitos para a construção de obras necessárias para a celeridade de locomoção, destacando-se o túnel de 53 quilômetros e 850 metros de extensão, 23 quilômetros e 300 metros dos quais, sob o mar, que permitirá, por volta de 1982, a ligação ferroviária pelo "trem bala" entre a principal ilha e a de Hokkaido.

Ao concluirmos a missão, verificamos que o povo japonês aprecia e respeita muito o Brasil, orgulha-se do fato de que aqui vive e trabalha expressivo contingente de imigrantes e descendentes. Gosta dos produtos que para lá exportamos, e mostra interesse em participar das nossas atividades produtivas, como outras, a Nipponense, expressiva organização japonesa que está implantando filial na Cidade Industrial de Curitiba, para produzir aparelhos de ar condicionado para veículos.

Resta ainda, neste comentário sobre a nossa estada no Japão, destacar a participação dos demais integrantes da Comissão, que foi constituída pelo Secretário da Agricultura, Deputado Federal Reinhold Stephanes, pelo Dr. Hans. Ghünter, pelo Dr. Guido Albano Guérios, pelo Dr. e ex-Deputado Jorge Sato, pelo Dr. Antônio Carlos Gebran, pelo Dr. Alceu Coelho Martins, por Carlos Eugênio Bertoli, pelo Vereador Donato Gulin, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, pelo Vereador Santiago Losso, Líder da ARENA naquela Casa de Leis, pelo Vereador Ivan Ribas, Líder do MDB naquela Casa de Leis, pelo Vereador João Baptista Alberto Gnoato, pelo Vereador Jorge Yamawaki, pelo Assessor da Câmara Municipal de Curitiba, Mauro Gulin, pelo Chefe do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Engenheiro Dario Lopes dos Santos, pelo Dr. Ossamo Watanabe, e pelo companheiro Toshio Saruhashi.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos ali, que, ao lado da tecnologia, existe a preocupação com o ser humano; muitos aspectos positivos verificamos no sistema que adotam tanto no ambiente de trabalho como fora dele; no prosseguimento da nossa viagem, tivemos a oportunidade de conhecer povos de diferentes regiões do Velho Mundo, e na somatória das experiências vividas, chegamos à conclusão que,

embora as dificuldades que estamos vivendo em nosso País, de que embora o nosso poder aquisitivo baixo, temos uma qualidade de vida que pode ser julgada como razoável, porque povos existem que vivem em situação de tensão emocional, que leva-os às dificuldades notórias, notadamente no relacionamento com os seus familiares e com outras pessoas que compõem a sociedade.

Esses problemas se verificam notadamente nos grandes centros europeus, e porque não dizer que está ocorrendo, em alguns deles, em vez de uma evolução positiva, uma evolução negativa, porque a bebida, os vícios tem aumentado consideravelmente em consequência dos desempregos que estão a ocorrer em vista da constante desindustrialização dos grandes centros.

Ao final dessas nossas palavras, manifestando a nossa confiança no trabalho daqueles que têm sobre seus ombros a responsabilidade de conduzir os destinos da nossa Pátria, e confiando na juventude que hoje está a frequentar os bancos escolares, notadamente no aprimoramento cultural da nossa gente, reiteramos a nossa profissão de fé no País, rogando a Deus, continue a olhar de forma especial para esta terra e esta gente, para que efetivamente nós possamos atingir aquela posição que almejamos e que merecemos no cenário internacional.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, conforme anuncia da pelo Deputado Darcy Deitos.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem muitas pessoas que estão surpreendidas pelos movimentos grevistas que estão aparecendo pelo Brasil afora, e agora inclusive aqui no Paraná, mas a nossa surpresa, nós que estamos realmente em contato com o trabalhadores do Paraná, a nossa surpresa não é pela deflagração desses movimentos e a gente vê com satisfação que, sendo a praça do povo, ela está sendo tomada novamente pelo povo e ali na praça onde os trabalhadores estão fazendo reivindicações as mais legítimas, num gesto de alta preservação e sobrevivência, esses trabalhadores que estão na praça, estão encontrando nesta mesma praça os homens do Movimento Democrático Brasileiro que não como aqueles que procuram escamotear a verdade estão dizendo, que procuram fazer a insuflação de greves, que estão procurando fazer com que volte a baderna neste País.

Historicamente, venho consciência de que se baderna houve neste País, no passado, foi deflagrada pelos inimigos do povo brasileiro que, aliados a interesses forâneos, nada mais fizeram do que matar no nascedouro as forças emergentes nascidas no seio do povo brasileiro que buscava a sua redenção.

Na medida em que os Parlamentares saem desta Assembléia, e eu procuro de maneira enfática também, rejeitar a colocação que fizeram aqui ainda hoje. Lugar de Deputado não é somente na Assembléia não, Sr. Presidente, lugar de Deputado é aqui na Assembléia para legislar, para fazer leis para fiscalizar os atos do Governo, mas não pode se esquecer dos compromissos, dos juramentos que foram feitos nas praças públicas, jurando que defenderíamos os interesses populares.

Hoje, mais uma vez, a presença de Parlamentares na praça pública foi na realidade aquilo que fez com que o movimento tivesse pelo menos um assoalho de organização; porque quando lá chegamos, sentimos que havia uma grande desorganização e nós não sabíamos aquilo que poderia acontecer. Mas, através da presença, da palavra, da atuação, do esclarecimento que vários Deputados do MDB deram àqueles trabalhadores famintos, este movimento está sendo carreado para um caminho pacífico, de tranquilidade, mas sem se submeter aos interesses patronais.

Temos que deixar aqui bem claro, em nome do MDB, a nossa não concordância com a posição deste patronato para-

naense, que se mostra insensível, com ouvidos moucos, como se de pedra fossem, não querendo, e mais que isso, fugindo do contato que deveria manter permanentemente, com aqueles que lhe fazem a riqueza.

A posição do MDB, se simples orientador deste movimento, fez com que, neste momento, alguns representantes eleitos na praça pública através dos seus companheiros, numa eleição, aí sim, democrática, sem interferência do Poder, sem interferência de Secretarias, sem interferência de DERs, sem interferência destes homens que costumam fazer esta política para forjar maiorias que não têm a responsabilidade do povo. Lá sim, de maneira democrática hoje, na praça pública, nós vimos a verdadeira democracia que está nascendo neste País.

Os próprios trabalhadores, das mais diversas empresas, reunidos em praça pública, elegeram por aclamação os seus representantes. E o que é importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, representantes que foram propostos a estas assembleias de ruas, foram também rejeitados porque não mereciam a confiança de seus companheiros de trabalho.

Deixamos aqui, em nome do MDB, o nosso protesto contra este peleguismo infiltrado em todos os sindicatos, porque quando os dirigentes deste sindicato, que arrecada milhões e milhões de cruzeiros, deveria se fazer presente de maneira lúcida, de maneira enfática, em defesa dos trabalhadores, procurava, na medida do possível, a organização e a consecução destes objetivos que eram procurados pela classe operária. Os detentores do Poder há quinze anos ou mais, que mostraram através do mais desbragado arrocho salarial praticado neste País ao longo destes anos, mostraram através deste, que não têm respeito pelo povo, estão sendo obrigados a ouvir o clamor popular que está nascendo nas vilas, e está nascendo em todos os quadrantes do Brasil.

Porque aqueles que não sentem os dias negros, catastróficos que estamos vivendo, talvez sejam sepultados por esse movimento.

Operários famintos, sem dentes na boca, mostrando que são possuidores de verminoses a todo e qualquer leigo. Não precisa ser médico para detectar a fome instalada em cada face desse trabalhador. É preciso que os detentores do Poder, se esqueçam somente de apoiar o poder. Se esqueçam somente de dar guarida a reformulações partidárias mentirosas, que deixem de apoiar anistias capengas que são verdadeiros aleijões da História do Brasil.

É necessário que a classe política, através dos seus legítimos líderes, ponham um cobro nesta situação, porque senão, é difícil prever aquilo que irá acontecer no dia de amanhã.

Porque quando falam que nós somos insufladores de movimentos populares, não colocam na realidade o problema como ele é. Na realidade, nós temos mostrado, nós da Oposição, maior sensibilidade para detectar esses problemas que são visíveis, são epidêmicos, estão à mostra de todos, e é este o papel do Parlamentar.

Ser o representante, ser o caminho, ser o afluente desses sentimentos, para levá-los ao desaguadouro da paz, da justiça e da liberdade.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Waldyr Pugliesi, inicialmente devo congratular-me com Vossa Excelência pela posição que assume nesta tarde, com relação ao movimento dos trabalhadores da construção civil, de Curitiba, posicionamento este que reflete perfeitamente o posicionamento da bancada do MDB nesta Casa.

Mas, é bom que também se registre, ilustre Deputado, quando dizem que os Parlamentares do MDB são insufladores da anarquia, é bom que se registre aqui nesta Casa, o fato que ontem se deu na Praça Zacarias, desta Capital. Não fosse a interferência dos Deputados que lá estiveram, teria aquela reunião descambado, aí sim, para a anarquia.

A polícia sentindo a dificuldade de conter os operários que ali se encontravam em praça pública, reclamando os seus direitos, o encarregado pela Segurança, nos pediu que os auxiliassem, para que os grevistas se encaminhassem para a Praça do Atlético. E, ao invés de se dar o que se propala, que os Parlamentares do MDB são insufladores da anarquia, foi graças à interferência dos Deputados que lá estiveram, que os grevistas se dirigiram, pacificamente para a Praça do Atlético, se não fosse essa interferência, sabe Deus o que teria acontecido ontem na Praça Zarias, nesta Capital.

Era o registro que gostaria de fazer através deste aparte, ilustre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Nobre Deputado Trajano Bastos, realmente é a expressão de verdade e nós, de uma maneira ou de outra, no início deste pronunciamento, já tínhamos falado da importância dessa presença.

Eu acrescento, com muita satisfação, o aparte de Vossa Excelência a esse pequeno pronunciamento que estamos fazendo, em nome do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam bem, como o aparelho repressivo está, de uma maneira ou de outra, bem equipado: teleobjetivas estão filmando todos os participantes desse movimento de longe. E um elemento da Polícia Federal, com um riso pornográfico, uma cara abjeta, agrediu um operário na tarde de ontem, um elemento da Polícia Federal escancaradamente do aparelho repressivo deste País, estava lá, fazendo provocações e note-se bem que, no meio do movimento grevista, elementos à paisana estão agindo como provocadores, para tentar desviar essa justa luta reivindicatória do povo trabalhador.

Mas, o fato mais importante que eu acho que aconteceu durante o dia de ontem e no dia de hoje, foi a morte do medo. O trabalhador perdeu o medo, e nós ficamos satisfeitos, porque ao longo desses anos — e eu me lembro, ainda, que, quando procurávamos na nossa cidade organizar o MDB, pessoas fugiam da gente, com receio da nossa posição, porque a propaganda internacional e nacional, a serviço do grande capital, só fazia uma coisa: denegrir a honra dos verdadeiros patriotas deste País.

Mas, nós vimos na praça pública o sepultamento e enterro de quinta categoria do medo, porque os operários estão lá...

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — ... estão lá, para dizer presente, para lutar pela própria preservação da vida deles e de suas famílias. E nós ficamos muito contentes com isso, apesar de muitos patrões insensíveis, de muitos tecno-burocratas instalados neste Poder, contra a vontade do povo, estejam aí a amargar já a derrota, o fim desse regime, que já tarda o fim desse regime.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Srs. Deputados, eu vou me permitir — e tenho compreensão para comigo, que a Liderança do meu Partido acaba de me trazer um documento que é uma nota oficial, uma nota de esclarecimento público do meu Partido.

Vocês me perdoem a não concessão desses apartes, mas julgo-me na obrigação de fazer esse pronunciamento oficial do MDB.

O Sr. Tércio Albuquerque — Agradeço a Vossa Excelência as explicações.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Muito obrigado. (Lê):

"NOTA DE ESCLARECIMENTO PÚBLICO.

A Liderança do Movimento Democrático Brasileiro da Assembléia Legislativa do Estado, vem de público esclarecer

os motivos que levaram alguns Deputados a participarem dos acontecimentos relacionados com a greve dos trabalhadores na construção civil.

Os operários da Construção Civil não suportando mais as condições de vida a que estão submetidos, espontaneamente deflagraram greve. Essa é a primeira constatação que se faz, de maneira irresponsável. Quem fugir dessa realidade labora um erro profundo, pois que, o expediente da greve como direito inalienável da classe operária, é uma consequência direta do arrocho salarial, praticado até à exacerbação pelos últimos Governos ditatoriais.

É preciso não escamotear a verdade. Os responsáveis pela atual situação são os detentores do Poder, que de ouvidos moucos e insensíveis ante a situação terrível do povo, se portam, como verdadeiras pedras frias. O Movimento Democrático Brasileiro nunca concordou com o arrocho salarial e ainda tem forças para cumprir o seu programa partidário e, por isso, se solidariza com a classe trabalhadora em geral.

Considerando porém, a total falta de coordenação da greve dos trabalhadores na Construção Civil de Curitiba, que, paralisados, aglomeravam-se nas vias públicas, sem orientação e sem liderança para reivindicarem seus direitos. Considerando que somente em data de ontem, o Sindicato assumiu a greve, porém, sua direção não conseguia liderar e organizar um Comando Grevista, levando ao desespero os milhares de trabalhadores que, reunidos em Praça Pública, clamavam pela organização do movimento e a formalização concreta de propostas reivindicatórias;

Considerando que a continuar a desorganização acima contada, estavam iminentes fatos e acontecimentos possíveis de perturbarem a ordem pública e, a descaracterização da greve que espontaneamente partiu dos próprios trabalhadores, Deputados do MDB resolveram, com a consciência cívica, participar como coordenadores da massa trabalhadora, e sob as vistas e testemunho da própria Autoridade de Segurança que acompanhou as manifestações desde o seu surgimento, passar a agir para:

1. Tirarem com legitimidade, sob escolha direta da classe trabalhadora, reunida em praça pública, os seus representantes para negociação com a classe patronal.

2. Nomearem a Comissão de Justiça e Paz, para ser a intermediária da negociação que vise o ajuste das reivindicações trabalhistas.

3. Conclamar as demais autoridades do Estado para que tomem consciência da gravidade que o desespero da classe pode gerar, se medidas concretas e prudência na condução dos acontecimentos não se registrarem.

Assim, esclarecemos, que o intuito dos Deputados que participaram do Movimento, foi exclusivamente para evitar a repetição de fatos lamentáveis já ocorridos em outras capitais, onde a inércia do peleguismo sindical levou ao desespero e à revolta os humildes trabalhadores.

Curitiba, 21 de novembro de 1.979.

(a) Deputado NILSO SQUAREZI, Líder do MDB".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Usará da palavra o nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Atentamente, ouvimos as palavras do nobre, inteligente Deputado Waldyr Pugliesi, que, em nome de sua bancada, analisava a greve que acontece em nossa Capital, do operários da construção civil.

Essas greves iniciam-se em nosso País, assegurado seu direito por lei, dentro da democracia que o nosso País encontra, iniciando os passos concretos para que o povo tenha

tenha melhores dias.

Mas, dentro do respeito que dignifica até mesmo uma greve, quando é embasada e sustentada pelo bem da sua comunidade e na reivindicação de melhores salários e de uma posição social social melhor, é muito bem compreendida.

No entanto, há de se reconhecer o medo que todos nós passamos, de que as greves ultrapassem o seu direito de reivindicar e passem a degenerar, em nosso País. E que nada mais possa acontecer para que o progresso de nossa Nação caminhe como desde a Revolução para cá. Revolução que nunca considere como revolução, mas sim, como a nova era de desenvolvimento e de progresso para nossa Nação.

E greves já aconteceram e haverão de acontecer mais. Mas, até hoje, depois que o Presidente João Figueiredo instituiu, por lei, o direito de greve, apenas uma saiu com sucesso e que foi a dos metalúrgicos de São Paulo. Porque, o seu Líder, o Lula, não consentiu que dela participassem políticos, nem do meu, nem do seu Partido, caro Deputado Waldyr Pugliesi.

Foi, realmente, entusiasmante o encontro dos metalúrgicos de São Paulo, porque eles por si próprios, depois de estudarem e analisarem os seus direitos, lutaram e chegaram ao sucesso.

Isto sim, haveremos sempre de apoiar. Mas, nunca podemos ajudar com que essas greves ultrapassem os direitos da reivindicação de melhores salários, para evitar que aconteça o que acontecendo está, de construção em construção, passem, exigindo a participação de todos os operários que querem trabalhar para manter os seus familiares e ajudar o progresso de nossa Pátria.

Temos que acompanhar, dentro do respeito, no intuito de pacificar, de unir, porque só através da união poderemos assistir a caminhada avante para o progresso e um desenvolvimento mais concreto de toda a nossa Nação.

Respeito a opinião da Oposição.

Acato a opinião da Situação. Porque temos que, sempre, defender o que achamos de direito e respeitar a opinião do próximo, desde que também tenhamos o direito de debater pelo progresso e pelo desenvolvimento.

Jamais acompanhamos, ou haveremos de subir em palanques públicos, para fazer com que os homens que lutam e reivindicam, sejam cada vez mais enervados e tumultuados, e não possam continuar com as suas construções.

Se hoje, nobre Deputado, os operários estão ganhando menos do que têm direito, para sua manutenção, não chegarem, todos nós unidos, e um denominador que pudermos aliar-nos ao lado deles, a lutar pelo nosso desenvolvimento pelo desenvolvimento de seus filhos, são sacrificados aqueles que deixaram, forçosamente, o seu trabalho, e os seus familiares, que nada têm a ver com isto, passem pivações nos seus lares.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Concedo aparte, em primeiro lugar, ao Deputado do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Lineu Turra, logo após, concederei aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Lineu Turra — Obrigado, nobre Deputado.

Deputado Tércio Albuquerque, nós que não participamos pessoalmente desse movimento no sentido de dar a nossa presença simbólica, de apoio simbólico e moral a uma reivindicação da classe dos trabalhadores da Construção Civil que nós entendemos justa, queremos dizer, também na qualidade de empregador que somos, porque não sou operário, também tenho a minha participação na vida industrial e reconheço a situação difícil por que passa o trabalhador, mas, também, o empresariado.

É evidente que o trabalhador está por necessitar do

amparo pelo menos moral de autoridades capazes de orientar as decisões, e apoiá-los, de uma forma que não sejam frustradas as reivindicações. E quero dizer, Deputado, que na minha luta profissional durante 18 anos assisti a trabalhadores na Justiça do Trabalho, na minha experiência pude constatar que, todas aquelas questões trabalhistas em que não tiveram a presença de um advogado na defesa do trabalhador, os direitos dos trabalhadores sempre foram jogados por terra, jogados por terra porque nós sabemos que, o trabalhador não tem a mesma resistência para defender o seu direito como a tem o empregador, que o empregador, se parar a sua indústria, 3, 4, 5, 10, 15 dias ou 1 mês, muitas vezes isto não lhe vai causar maiores transtornos, mas o trabalhador, pessoalmente, não terá condições de sobrevivência, então, ele fica muitas vezes até entregando-se a uma situação vexatória, humilhante, recebendo salário que não dá sequer para alimentar-se. E o que nós estamos constatando, é isto. E quando nós vemos essa situação, de trabalhadores reivindicando os seus direitos, e se não há a presença de alguém que possa pelo menos dar-lhes um apoio, se esses trabalhadores perceberem que todas as suas frentes de defesa legítima dos seus anseios são fechadas, eles podem extravasar, perder a noção da razão, e vai acontecer como aconteceu na Bolívia, em que os homens, nativos da terra, escravizados pelos senhores feudais, em que a Shell e a Standard Oil que pretendendo ficar com o petróleo do Chaco, criou um regime de escravidão, e aqueles escravos da Bolívia que não tinham direito de montarem numa mula porque dava, isto, azar aos patrões, aos senhores da terra, passaram a fazer rolar as cabeças dos patrões pelas ruas, e passaram a montar em puro-sangue. E é o que vai acontecer no Brasil, se o Governo não der apoio a essa classe humilde e sacrificada que está vivendo aqui no País! É isto que os homens donos do capital e do dinheiro, que estão infelicitando este País, precisam entender, porque, se não, as cabeças deles vão rolar pelas ruas deste grande Brasil!

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Antes de continuar com a minha oração, concedo, com muita honra, o aparte ao Sr. Deputado Pinto Dias.

O Sr. Pinto Dias — Sr. Deputado, quero congratular-me com seu pronunciamento pela maneira serena, tranqüila e abordando realmente as razões que são necessárias neste Parlamento ser registradas e evidenciadas. Não sou ARENA fanática, nobre Deputado, não faço parte do esquema do Governo, obsecado. Tenho divergências em várias áreas e compreendo e sei que este Governo não é constituído de mágicos e nem de homens perfeitos. Sei que dentro da nossa economia há algumas posições a ajustar, mas uma coisa tem me chamada a atenção. É o comportamento que o Governo vem tendo com o trabalhador brasileiro. Este Governo vem permitindo, na área do trabalhador a abertura, a sua manifestação, as suas reivindicações. Ninguém desconhece o movimento imenso que o bancário fez em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, pleiteando salário mais justo e quero aqui dizer que me parece que, apesar daquele trabalho que os bancários fizeram, ainda, talvez, não tenha sido o ideal, mas vai se chegar lá.

Vossa Excelência citou aí o trabalho que os metalúrgicos fizeram e a reivindicação e elas por duas vezes foram atendidas, de forma que, nobre Deputado, esse trabalho que está sendo feito em Curitiba, no Paraná, através dos homens que trabalham na construção civil, nós temos a certeza que as pretensões de oitenta por cento que eles desejam, serão atendidos, desde que a reivindicação continue como ela vem vindo, sendo realmente em benefício dos trabalhadores da construção civil.

Disse que não sou fanático, mas quero dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado Tércio Albuquerque, que o Pre-

sidente João Figueiredo tem procurado ajustar as deficiências que a República tem.

Não acredito que isso venha ser feito de uma hora para outra. Mas está aí a anistia, está aí a permissão da greve, está aí a reivindicação dos trabalhadores.

O pronunciamento que Vossa Excelência faz com tranquilidade, com a serenidade, quero que Vossa Excelência me permita, mas quero me congratular com Vossa Excelência, porque dentro daquilo que é correto, dentro daquilo que é sério, não tenho dúvida nenhuma, que os objetivos são atendidos.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Agradeço os apartes dos caros Deputados Lineu Turra e Pinto Dias e desejo, finalmente, no último minuto que me resta, conclamar a todos, Deputados da Oposição e da Situação para...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me concede 30 segundos desse minuto?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Com a permissão do Deputado Gabriel Manoel, concedo ao nosso Líder.

O Sr. Erondy Silvério — Apenas para dizer que Vossa Excelência está falando em nome da Bancada da Aliança Renovadora Nacional desta Casa, porque o pensamento de Vossa Excelência é exatamente o pensamento de todos os componentes da bancada da ARENA nesta Casa. Apoio às reivindicações justas de todos os movimentos da sociedade brasileira, dentro da ordem, como foi a greve dos metalúrgicos em São Paulo, onde se impediu a interferência de políticos que sempre comparecem nestas horas para tirar proveito e vantagem pessoal desses movimentos.

Vossa Excelência deve ser parabenizado por toda a Casa Legislativa do Paraná, porque com serenidade e com equilíbrio Vossa Excelência colocou bem essa difícil situação que hoje existe, essa tensão entre trabalhadores e patrões, devido às condições adversas porque passa a economia nacional.

Meus parabéns a Vossa Excelência e Vossa Excelência sintetiza o pensamento da bancada da ARENA.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Agradeço a participação do Líder da nossa bancada, que veio de uma maneira especial colorir o nosso humilde pronunciamento.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vemos, cada vez mais, com tranquilidade e respeito, apoiar a todas as reivindicações que venham ajustadas em benefício de qualquer que seja a classe brasileira; sem precisarmos e sem carecer de palavras bonitas que morrem no ar e sim através dos escritos que permanecem, estudarmos um melhor posicionamento para a lei do trabalho que o nosso Ministro carinhosamente vem estudando.

Não subi a esta tribuna para desrespeitar, ou para dizer que alguém fala o que não entende, ou apenas enfeita o seu pronunciamento e sim para, com calma e respeito a ambas as bancadas, meus companheiros, que representam o povo, solicitar um diálogo mais profundo, em benefício e apoio às reivindicações de todas as classes brasileiras, sem precisarmos levar o tumulto, ou sem precisar carrear aqueles que não desejavam participar de uma greve, que sejam levados quase que "na marra" para comparecer às praças públicas, onde suas palavras morrem no ar. Porque o que vai significar em benefício do operário e daqueles que reivindicam, é o diálogo e os acertos nos departamentos competentes, nas Delegacias do Ministério do Trabalho, através da representação máxima de suas classes.

É com estas palavras que o meu Partido, mas especialmente este que vos fala, deseja profundamente melhores dias para o nosso País, sem precisar degenerar o direito da sua greve. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 158/77, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, devidamente apoiada constante do expediente. — **Será anexada ao projeto.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 122/79 - (Mens. Govern. n.º 130/79), que aprova termo de re-ratificação n.º 02 ao convênio n.º 28/77, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, que objetiva a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 122/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fic aprovado o Termo Aditivo de re-ratificação n.º 2, ao convênio celebrado em 05 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 123/79 - (Mens. Govern. n.º 133/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Indianópolis, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle à Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 123/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Indianópolis, objetivando a execução na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão, previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 124/79 - (Mens. Govern. n.º 134/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Paraná, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município, previstas no Progra-

ma Especial de Controle à Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 124/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de agosto de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Paraná, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate à erosão, previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/78 - de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que dá nova redação ao Artigo terceiro e seus incisos I e II, da Lei n.º 4556, de 13/03/62, já alterada pelo Artigo quarto, da Lei n.º 5182, de 17/11/65 (que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Piriquitos). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário.— **Aprovado, pela Emenda Substitutiva Geral.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que veda aposentadoria com menos de 5 (cinco) anos de investidura no cargo, aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.R.H., por unanimidade.—

Ao referido projeto, foi apresentada Emenda Substitutiva de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci e outros, constante do expediente.— Em votação o projeto e emenda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero tão somente me congratular com o nobre Deputado Antônio Facci pela feliz idéia que teve em apresentando este projeto de lei, no meu entender, moralizador. Há 10 anos passados, nesta Casa, apresentamos um projeto de lei, nessas condições e objetivando evitar que membros nomeados para o Tribunal de Contas fossem aposentados 24 horas depois.

O nosso projeto previa 10 anos de permanência naquela Corte de Contas do nosso Estado; o projeto do Deputado Antônio Facci prevê 5 anos. De qualquer forma, nós queremos deixar aqui o nosso apoio e as nossas congratulações ao eminente Deputado Antônio Facci, pela felicidade com que se houve, apresentando este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o Substitutivo. Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão.— **Aprovado pela Emenda Substitutiva artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/78 - de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que dispõe sobre medida de segurança preventiva à integridade e vida dos motoristas de táxi e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.O., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI N.º 132/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — A Secretaria de Estado da Segurança Pública manterá junto aos postos de automóveis de aluguel, material de registro que permita a identificação sumária de passageiros considerados suspeitos pelos motoristas, de cujo assento deverá constar:

Nome do passageiro, profissão, residência, número do documento identificador, destino de transporte, placa do veículo, nome do motorista, posto onde serve.

§ 1.º — No caso de tomada de passageiro fora do ponto, a identificação poderá ser feita no posto de registro mais próximo.

§ 2.º — Na impossibilidade de identificação documental, será feita a identificação por intermédio de terceira pessoa, documentalmente identificável.

Art. 2.º — A recusa ou a impossibilidade de identificação, dará ao motorista o direito de não aceitar o serviço.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do presente plano de lei coube ao ex-Deputado Edgar Távora, em 1965, justificando sua proposição, assim se expressou o saudoso homem público:

“Periodicamente os sentimentos pacíficos do povo paranaense e principalmente do povo curitibano, vêm sendo surpreendidos pela onda de criminalidade que se desencadeia sobre motoristas profissionais, esses abnegados homens que prestam, embora remuneradamente, um serviço público dos mais importantes.

O serviço que prestam efetivamente é público, sujeitos como estão os motoristas e proprietários de automóveis de aluguel ao licenciamento, ao controle do Estado, regulamentos, etc.

Sobre essa valorosa categoria de trabalhadores do volante preferentemente se voltam os homicidas e ladrões, dada a facilidade com que são atraídos para fora das zonas policiadas e também pelas condições de indefensabilidade em que se colocam as vítimas pela própria natureza do serviço realizado, mãos ocupadas, os olhos e a atenção postos na estrada, nas curvas do caminho.

Outra circunstância favorecedora dessa modalidade de delitos, é a de manter-se desconhecida a personalidade do agente ou agentes criminosos pela completa ausência de testemunhas no instante em que se consome o crime.

A identificação do passageiro não só desestimula os criminosos propósitos por isso que desvanece a probabilidade de ocultamento da personalidade do delinqüente como, na hipótese quase que totalmente improvável do identificado levar ao término o delito, permite de modo mais pronto a sua captura. Tais circunstâncias eliminam em noventa e nove por cento o maior fator de criminalidade em delitos dessa natureza, a impunidade”

Por motivos de ordem administrativa o projeto à época, não recebeu a sanção governamental.

Entretanto, como é do conhecimento de todos, o problema da total insegurança do motorista de táxi continua de forma cada vez mais agravada, face ao crescimento assombroso de nossas cidades, mormente Curitiba.

O Poder Público não pode ficar inerte ante os fatos e os justos reclamos da classe. Urge que tome medidas eficientes que propiciem aos abnegados prestadores do importante serviço público e suas famílias, segurança e tranqüilidade.

Dai as razões desta proposição, para a qual pedimos o apoio de nossos Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 132/79

RELATÓRIO e PARECER

O projeto cria para a Secretaria de Estado da Segurança Pública a atribuição de manter junto aos postos de automóveis de aluguel, material de registro que permita a identificação sumária de passageiros considerados suspeitos pelos motoristas, estabelecendo ainda, entre outras disposições, que a recusa ou a impossibilidade de identificação dará ao motorista o direito de não aceitar o serviço.

Trata-se, realmente, de matéria "ultra cogitatio", convalidada pelos melhores propósitos, entre os quais o de prevenir os delitos cometidos contra a classe dos motoristas de automóveis de aluguel.

Adotando as razões expostas na justificativa, pelo ilustre autor do projeto, opinamos favoravelmente.

É o Parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1.979

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;
MUGGIATI FILHO, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N.º 132/78

PARECER

O Projeto de Lei n.º 132/78, atribue à Secretaria de Estado de Segurança Pública manter junto aos postos de automóveis de aluguel, material de registro que permita a identificação precisa de passageiros considerados suspeitos pelos motoristas.

É louvável a iniciativa do autor, estabelecendo providências para a segurança dos profissionais de táxi, numa medida acauteladora dos abusos e riscos de vida que os mesmos estão sujeitos.

Além dos fatos já ocorridos, a justificativa é baseada no sentido deveras humano, e o projeto de lei aprovado terá, no seu cumprimento, um sentido de confiança que a classe terá no desempenho de suas funções.

Face ao exposto, aliado às razões mencionadas na justificativa do ilustre autor do projeto, nosso parecer é favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1979

(aa) DAVID FEDERMANN, Presidente;
CYRO MARTINS, Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 132/78

PARECER

Objetiva o Projeto de Lei n.º 132/78, de autoria do ex-Deputado Ivo Thomazoni, proporcionar melhores condições de segurança aos motoristas de automóveis de aluguel.

Ciclicamente observam-se assaltos e atentados àqueles profissionais, não raro, com o sacrifício de preciosas vidas.

Ato contínuo, a opinião pública exterioriza toda a sua justa indignação e repulsa.

Não obstante, a relativa freqüência já tirou muito do inusitado, ensejando que, após transcorridos alguns dias, a ocorrência perca muito de seu impacto, caindo no esquecimento de muitos.

Daí reputamos como bastante oportuno o momento que se nos oferece para analisarmos o projeto, ocasião em que não húngidos por condições emocionais que se seguem àqueles delitos, possibilita-nos constatar a validade e a oportunidade do plano de lei, no âmbito desta Comissão.

Malgrado a nossa opinião de que a medida, por si só, não virá erradicar de maneira cabal a incidência dos fatos delituosos, todavia, consubstanciada elogiável iniciativa no sentido de minorar a sua consumação, que ao lado de outras medidas, cercearão acentuadamente o problema.

Isto posto, a nossa opinião é pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1.979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;
VALDUGA, Relator.

Sobre o referido projeto de lei, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. Em votação o requerimento.— Aprovado.

Retirado por 10 sessões o Projeto de Lei n.º 132/78

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dirceu de Mello, ocorrido no Município de São João do Ivaí.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Irmã Cristina Iubel, ocorrido no Município de Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 24.º aniversário do Município de Araruna.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Resolução n.ºs 130 e 131/79.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Parlamento Boliviano, pela luta que travou na defesa da legalidade e da preservação democrática naquele País.— Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A bancada da ARENA votará favoravelmente. Todavia, segundo soube agora, neste plenário, pelo Deputado João Mansur, parece que a nossa solidariedade vai chegar tarde. Parece que já houve um novo golpe de Estado na Bolívia, segundo informações.

Todavia, nós vamos votar favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

A Mesa lamenta, mas informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência, na sessão de ontem, já encaminhou a votação, da referida matéria.

Em votação. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a remessa aos Srs. Ministro da Fazenda e Secretário da Agricultura, de cópia do ofício recebido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Agricultura e do Planejamento, encarecendo liberação de novas cotas de trigo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wandler, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando um auxílio financeiro para a construção do Terminal Rodoviário do Município de Marechal Cândido Rondon.— Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que sejam efetuadas as nomeações dos peritos policiais aprovados em concurso.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e solidariedade à Direção da Associação Nacional de Apoio ao Índio Comitê de Curitiba, pela iniciativa tomada em prol dos indígenas de Manguairinha.— **Aprovado.**— ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, contendo sugestão no sentido de que abrevie a remessa de mensagem aditiva ao anteprojeto que altera disposições da Lei n.º 7.074, que reestrutura a Procuradoria Geral do Estado.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o artigo publicado no Jornal "Gazeta do Povo" assinado pelo jornalista Antônio Carlos Lacerda, intitulado "Accioly Filho sempre Tão Próximo, Sempre Tão Distante do Objetivo".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

(O artigo acha-se publicado no final desta data)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de um Ginásio de Esportes na Cidade de União da Vitória.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à CAFÉ DO PARANÁ, encarecendo a instalação de uma filial, bem como de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes no Município de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DNER, encarecendo que se iniciem estudos; que liguem através de acesso diversas Colônias e Distritos à BR-116.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido da execução do asfaltamento "acesso Mamborê BR-369".— Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente. (**Assentimento**)

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela terceira vez voltamos a falar sobre o asfaltamento do acesso à cidade de Mamborê com a PR-369. Trata-se de um trecho de aproximadamente 15 km, trecho esse que, no primeiro pronunciamento que fiz, nesta Casa, me referi dizendo que o mesmo constava como asfaltado no mapa distribuído pelo ex-Governador Jayme Canet Júnior. Fui, naquela oportunidade, até criticado pelo pronunciamento que fiz.

Mas, no mês de junho deste ano, voltei à tribuna, encaminhando um requerimento em que solicitava que este acesso fosse definitivamente asfaltado. Tal requerimento, naquela

oportunidade, foi indeferido por esta Casa, foi rejeitado pela maioria situacionista desta Casa.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a fazer este requerimento, apelando ao Sr. Governador do Estado e a Sua Excelência Sr. Secretário dos Transportes, para que aquele acesso seja definitivamente asfaltado, porque não é mais possível, Sr. Presidente, - está aqui o eminente Prefeito daquela comuna, e que é testemunha de que, na última semana, mais de 100 caminhões não puderam sair nem entrar naquele município, porque o acesso é impraticável.

Então, fica aqui este encaminhamento, para que seja aprovado este requerimento, para ver se, desta vez, sensibiliza o Sr. Governador do Estado, sensibiliza o Sr. Secretário dos Transportes, para que este acesso seja asfaltado e aquela comunidade não venha a sofrer prejuízos como está sofrendo.

Obrigado, Sr. Presidente.— (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Em votação.

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, sugerindo seja denominado de "Papa João Paulo II" do Centro Social Urbano a ser inaugurado pelo Sr. Presidente da República.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de dotar a Delegacia de Polícia de Altônia, de melhores condições de funcionamento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado T. Albuquerque, constante do expediente, solicitando a esplanada da Escola Municipal de Primeiro Grau Alberto S. Dumont, do Distrito de Ramlândia, Município de Matelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações, a respeito de tarifa de transporte coletivo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a instalação de Posto de Identificação no Município de Catanduvas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça, agradecendo-lhes pela atenção dada a requerimento desta Casa, no sentido de que atos cartoriais imobiliários atinentes ao Município de Capitão Leônidas Marques fossem procedidos na Comarca de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de documento aprovado na Primeira Assembléia dos Agricultores do Imóvel Chopinzinho, ao Sr. Presidente do INCRA e a ELETROSUL.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, encarecendo seja instalada placas de sinalização e indicação nas rodovias estaduais de diversos municípios.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando o envio de cópia do pronunciamento feito em data de hoje, a diversas autoridades, justificando a necessidade da construção de um Porto Fluvial em Santa Hele-

na, após a inundação da represa de Itaipu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo Presidente da Sociedade Rural Brasileira, junto à Escola Superior de Guerra.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

(O discurso acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o encaminhamento do pronunciamento feito da tribuna, aos Srs. Governador do Estado, Prefeito Jaime Lerner e Presidente da Câmara Municipal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado aos Srs. Secretário das Finanças e da Agricultura o memorial da Associação Comercial e Industrial de Maringá, encarecendo melhoria e agilização no tocante à comercialização da safra atual de feijão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, enfatizando providências quanto aos abusos cometidos por comerciantes que, não podendo se eximir da necessidade de emitir notas fiscais dos produtos vendidos, o vem fazendo irregularmente.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Clube Esportivo União de Francisco Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo tanto à Comissão Executiva quanto às Comissões Permanentes da Casa, no sentido da inclusão, na Ordem do Dia, na próxima semana, da Mensagem Governamental que concede aumento de vencimentos ao funcionalismo público do Estado a partir de 1.º de janeiro.

Não seria aconselhável que esta Casa deixasse a Mensagem ser aprovada por decurso de prazo, proque é uma Mensagem realmente importante para o funcionamento público.

Este é o apelo que faço à Comissão Executiva e às Comissões Permanentes da Casa.

Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 127, 128 e 129/79.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 70/78 e 161/79.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para a sexta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs: 97, 125 e 126/79.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1.979.

“ACCIOLY FILHO sempre
tão próximo, sempre tão
distante do objetivo

É difícil dimensionar a lacuna aberta, na política paranaense, com a morte do Senador Accioly Filho. Mesmo afastado da atividade político-partidária, mais por desencanto do que pela falta de um mandato popular, Accioly filho ainda conservou uma ponderável liderança e poderia ser um elemento de importância na recomposição dos partidos. Sua atuação, nos últimos meses, era discreta, limitando-se a algumas declarações à imprensa e análises dos fatos, feitas em grupo, com alguns amigos.

Falamos poucas vezes, nos últimos anos, quase sempre em encontros ocasionais. O Senador era um homem fechado, que não buscava o noticiário da imprensa, mas quando procurado não deixava ninguém sem resposta. Semanas atrás, depois de assistir a uma cerimônia de entrega de título de Cidadão Honorário, na Assembléia, quando o público já se retirava do plenário, Accioly que presenciou a sessão solene sentado numa das últimas fileiras, atendeu a um apelo dos jornalistas presentes e ali, no reservado da imprensa, deu a sua última e mais longa entrevista. Foi ouvido com respeito e deixou gravado um depoimento sério, sensível, sobre a política que se faz em torno de homens e não de idéias, sobre a falência do bipartidarismo e o novo rumo que o País começa a seguir por um traçado artificial.

Horas depois que a televisão noticiou a morte do Senador atendi a telefonemas de companheiros de imprensa, mais jovens, que queriam saber algo mais, acrescentar alguma coisa à biografia do morto, Recomendei: “digam que ele não tinha medo de avião e nem de aceitar desafios. Falem da sua capacidade de recomeçar sempre, de divergir dos poderosos. Lembrem que o Francisco Accioly, assim como São Francisco achava que não avançar continuamente é retroceder. Não o poupem de elogios, mas também não exagerem, que o Senador era humano e capaz de errar, de aparentar frieza e agir com a cabeça quente; de, levado pelo ímpeto, abrir mão de seu principal objetivo”.

Talvez da carreira do Senador ninguém tenha lembrado um detalhe, que é o maior elogio que se pode fazer a ele: Accioly Filho não teve nenhum mandato que não tivesse sido referendado pelo voto popular.

Não desempenhou nenhum cargo que não fosse conquistado por força do seu talento. O Senador Accioly Filho alcançou posições e só foi aquilo que dependia dele mesmo para ser.

“O Accioly poderia ter sido mais do que Senador?” A senatória não foi um limite máximo na sua carreira. O Senador poderia ter sido Ministro, Governador ou Desembargador “se” tivesse sido indicado ou escolhido. Ser era possível, mas não era decisão sua, não estava sob seu controle.

Curioso. Desde que era Deputado Estadual, Accioly Filho já era apontado, por seus pares, na bancada pessedista, como um possível governador. Era muito jovem ainda quando o PSD perdeu o governo, tendo Ângelo Lopes como candidato contra

Bento Munhoz da Rocha. Não era sua vez, quando Moyses Lupion voltou, quatro anos depois. Teria sido o candidato natural do partido, em 60 "se" não tivesse liderado um movimento de rebeldia, a famosa dissidência pessedista, que dividiu o partido e foi uma das causas do surgimento de uma nova força política liderada pelo hoje Governador Ney Braga.

Depois de abril de 64, por duas vezes, foi indicado à governança indireta. Juntamente com Ney Braga foi preterido pelo Presidente Médici, que conhecia melhor e tinha preferências pelo Deputado Federal Leon Peres. Quatro anos mais tarde disputou com Jayme Canet Júnior a indicação e perdeu.

O Senador Accioly Filho estava, desde jovem, preparado para exercer o poder, para alcançar um objetivo. Suas eleições para a Assembléia, para a Câmara Federal e para o Senado da República foram preparativos, uma espécie de treinamento, de condicionamento para uma tarefa maior, que o destino - ou talvez a época política que vivemos - teimou em não lhe reservar.

O homem discreto, fechado, nunca confessou publicamente, o seu desencanto ou admitiu má sorte em sua longa carreira política, iniciada nos idos de 45. Era, inegavelmente, uma das maiores vocações políticas já surgidas no Paraná e mereceu todas as homenagens recebidas. Foi um homem coerente e isto explica porque tantos políticos o admiravam, porque tanta gente sentiu o impacto de sua morte, porque vai fazer, a partir de agora, tanta falta à política nacional e ao Paraná de todos nós."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RENATO BUENO, NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1.979

"Ticoulat: sem o campo, Brasil não é viável."

"Desenvolvimento Agropecuário" foi o tema da palestra que o sr. Renato Ticoulat Filho, presidente da Sociedade Rural Brasileira, pronunciou, no último dia 8, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro—e da qual o DCI publicou um resumo. Abaixo, a íntegra da palestra:

"Queremos, inicialmente, deixar patente o agradecimento do presidente da Sociedade Rural Brasileira aos dirigentes da Escola Superior de Guerra pela oportunidade que concedem a um representante do setor agrícola de falar sobre a sua realidade. De fato, a agricultura constitui meio de vida para mais de um terço dos brasileiros, através da produção de alimentos e matérias vegetais, base não apenas da sobrevivência alimentar de todo cidadão, como também fonte secular de divisas com as quais temos financiado, por importações, a aquisição de bens e serviços para a satisfação das nossas necessidades mais complexas. Entretanto, apesar do óbvio dessa constatação da força e importância da nossa agricultura no contexto econômico nacional (ou, quem sabe, por causa mesmo de ser essa constatação óbvia), a elite pensante do País, durante toda nossa história contemporânea, tem mantido uma atitude de solene e insensível desca-so para com a realidade rural. Tal contradição é a nosso ver, no mínimo, assustadora. Portanto, a decisão de coragem que bem revela, ao mesmo tempo, a tradição de antevisão histórica dos estudos e trabalhos da Escola Superior de Guerra. E nisto, pela pro- vocação deste debate, os senhores acompanham a

orientação do presidente Figueiredo, que ao proclamar a ênfase a agricultura, lançou um verdadeiro desafio intelectual à Nação, introduzindo uma "crise positiva" no sentido filosófico do termo, em meio a tantas crises negativas, obrigando nossas melhores cabeças a debruçarem-se sobre a esquecida realidade rural.

Para entendermos melhor porque, e quando, descarrilamos nossa agricultura do centro de decisões econômicas do País e também justificarmos a necessidade que hoje sentimos de voltar à antiga bitola, começarei por fazer um breve posicionamento das transformações econômico-sociais experimentadas pelo Brasil nos últimos 50 anos. Essas transformações afetaram profundamente o setor rural de produção a partir da década de 20, época inicial do processo de urbanização do Brasil. É início, também, de um processo que a história moderna da economia mundial registra como inevitável: o da transferência de renda do setor rural para o urbano.

A revolução de 1922, conhecida como a "revolução dos tenentes", traz inscrito em seu bojo o sopro de renovação que se alastrava então no País. E a de 30 marcaria acentuadamente a tendência urbanizadora que tomava conta da nação brasileira. O predomínio da nossa economia rural, verificado desde o início da colonização, cedia lugar à ênfase industrial. Isso significava que novas forças políticas surgiam no cenário nacional. Com elas iniciasse o processo de penalização do setor rural.

Por não possuir um desenvolvimento sócio-cultural compatível ao das nações européias, onde a revolução industrial tinha se consolidado, exagerar-se-ia no Brasil o processo de transferência de renda. De fato, como veremos adiante, os mecanismos de transferência, por verdadeiro erro de dosagem, empobreciam crescentemente o produtor rural, extraíndo-lhe o capital com que se veio a formar nosso capitalismo industrial.

Tal processo não poderia impor-se sem que gerasse fortes reações da classe rural.

Tornar-se-ia então necessária anulá-la, destruindo a força política que tinha na vida nacional. Assemelhar-se-ia, pois à luta para a superação de uma classe dominante a que se referiu Henry Kissinger. Em entrevista ao "The Economist" diz o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos: "A transição do feudalismo para o período moderno tem a consequência inevitável de destruir uma classe dominante baseada na propriedade da terra, em favor de uma classe dominante de tecnocratas ou de empresários ou capitalistas. É um processo muito difícil e insidioso."

No Brasil dos últimos 50 anos, embora não vivessemos mais o feudalismo, assistimos à uma guerra surda, representada pelas excessivas transferências de renda do setor rural para o urbano.

Reconhecemos que nenhuma nação que se industrializou, o tenha conseguido sem retirar recursos do setor agrícola. Mas, acreditamos também que nenhum tenha cumprido um processo tão rígido e perigoso como o que foi usado no Brasil. Com efeito, numa breve retrospectiva das estatísticas econômicas de outros países, hoje avançados, verificamos que a perda de participação da agricultura na renda global de cada país ocorreu muito mais lentamente. Em dólares constantes, a fatia da renda agrícola, que hoje não passa de 10% da renda nacio-

nal, no nosso atual estágio de US\$ 1.600 per capita, naqueles países a correspondência era 15 a 20% em média. Esses países só permitiram uma menor participação, de cerca de 10% da renda da agricultura no total de seu produto quando já ultrapassavam US\$ 3.000 per capita, ou seja, num estágio de avanço industrial muito mais consolidado.

O quadro brasileiro, no entanto, ao longo dessas últimas cinco décadas, acabaria tendo como consequência uma agropecuária descapitalizada e uma produção desestimulada.

O problema se tornaria tão grave que, há pouco mais de dez anos, viria o Governo a ter de acionar um sistema de crédito subsidiado, como forma de impedir a total ruptura da produção agrícola. Com a intensificação desse mecanismo — crédito rural subsidiado — procurou-se transformá-lo em mecanismo compensatório do lucro. Produzindo a preços que o Governo estabelecia, segundo conveniências que ditava, o produtor geralmente não obtinha lucros. E quando isto acontecia, fortuitamente, era por escassez de produção. O crédito a juros abaixo da inflação transformou-se em um mecanismo compensador de eficácia extremamente duvidosa. Ao contrário do previsto, acabaria por induzir a um quadro ainda mais grave de endividamento progressivo no meio rural.

Numa fase mais recente, no governo Geisel, inaugurado sob os auspícios de um forte apoio à produção rural, o que se verificaria logo depois, entre os anos 77 e 78, seria exatamente o inverso do que se esperava. Premida pela inflação, a cúpula governamental, prejudicada talvez por uma formação deficiente sobre os meandros da economia rural, tomaria uma série de importantes medidas antiinflacionárias, que acabariam por provocar maior desestímulo ao campo. Supunha-se ser antiinflacionário achatar os preços agrícolas, como aconteceria com o milho em 1977, às vésperas do plantio. E enquanto se ganhavam alguns míseros pontos percentuais sobre os índices de preços daquele ano, perdia-se o controle da inflação nos anos seguintes, pelo esgotamento dos estoques e por retração do plantio, o que afinal desaguou no desastre da escassez do período de 78-79, e na inversão de nossa condição de país exportador de produtos agrícolas para país importador.

Vimos, pois, que é pela eclosão do movimento dos tenentes de 22, conjugado ao "crack" de 29, destruindo a economia baseada fundamentalmente no café, e pela Revolução de 30, que passa o poder político do setor rural ao setor urbano da economia.

Sabemos também que, em 1955, o programa de metas do sr. Roberto Campos implanta no País a indústria automobilística, e, com ela, desenvolvem-se outros segmentos modernos da economia. A Revolução de 64 consolida o capitalismo industrial e implanta um capitalismo financeiro baseado em programas rígidos e ainda mais insidiosos de transferência de capital para concentrá-lo em certos segmentos urbanos da economia. Fortifica-se a tecnocracia, amadurecida artificialmente pelo autoritarismo, mal especializada, e excessivamente remunerada, características essas que a tornam insensível a uma correta avaliação do custo social de suas decisões. A agricultura sofre e emudece. Sua liderança se dispersa, desfigurando-se.

Apesar da esperança que tínhamos, de alcançar um sistema econômico capitalista liberal, assistimos a uma perigosa estatização de grande parte da economia (que, infelizmente, nos faz lembrar da opinião

do filósofo Mark Gluksmann de que o Brasil é, hoje, como uma Rússia tropical). Os ingredientes para o impasse da agricultura estão aí. Quanto perderam o Brasil e os brasileiros neste descaminho?

MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Entre os mecanismos de transferência de renda, os mais diretos e visíveis são os de tabelamentos, executados pelas autarquias controladoras de preços que nesses decênios mudaram várias vezes de nome. Nelas a tecnocracia sempre teve a colaboração eficiente da demagogia eleitoral, para não faltado extremismo político que sempre se interessou em jogar as massas urbanas contra os produtores primários de quem haviam tirado qualquer chance de participação no jogo do poder político.

Por meio desse processo fazia-se aparecer o produtor como um mero explorador, responsável pelo aviltamento do poder aquisitivo das massas consumidoras. Outro mecanismo, também direto, é o não menos odioso confisco cambial, eufemisticamente chamado de "cota de contribuição", criado a princípio para o café e, posteriormente, aplicado temporária ou permanentemente a outros produtos agropecuários. Representa ele, hoje, mais de 50% do valor de uma saca de café exportada. Isso significa que o produtor recebe apenas menos da metade do valor de seu produto, devendo daí serem deduzidos ainda o ICM (14%), o Funrural (2,5%), além dos outros impostos indiretos. O valor do confisco hoje é de US\$ 143 ou seja Cr\$ 4.157 superior ao preço de garantia ao produtor que é de Cr\$ 3.000.

Para ter-se uma idéia comparativa da diferença de tratamento fiscal entre produtos agropecuários e industrializados, deve-se ter em conta que os manufaturados, ao serem exportados, estão isentos de todos os impostos e ainda percebem prêmios de exportação, enquanto o café, além dos tributos normais, paga a taxa de contribuição. Esta, por não ser fixada em lei mais estabelecida por portaria administrativa, sem maior escrutínio pela sociedade, e por responsabilidade única do IBC, recebeu de quatro dos maiores juristas do País, Orozimbo Nonato, Vicente Rao, Pontes de Miranda e Sampaio Dória, em pareceres magistras, a conceituação de inconstitucional.

Não surpreende aos produtores o fato de se verificar hoje um contrabando de café estimado pela Polícia Federal em torno de um milhão de sacos, via Paraguai.

Outros instrumentos são as importações de gêneros alimentícios, com total isenção de impostos, feitos com o objetivo, não de resolver crises de escassez no abastecimento interno, como ocorre agora com vários produtos, mas com a intenção de fazer baixar os preços dos produtos nacionais, ou seja, por incrível que possa parecer, nossos governos têm preferido subsidiar o produto estrangeiro. Tal política tem tido efeitos perniciosos, por exemplo, entre os produtores de cebola. Nos últimos cinco anos contribuiu tal mecanismo também para o aviltamento do preço da carne bovina, transformando-se em uma das causas do abate de matrizes, fator principal de escassez atual e da decorrente alta de preços, agravada pela falta de condições de importações, pois os preços externos estão iguais ou maiores que os praticados internamente.

Também a política cambial foi usada como mecanismo transferidor de renda, quer desde os tempos dos leilões de câmbio, quer via sistema de tarifas

"ad-valorem", a demonstrar que a agricultura estava sendo penalizada por uma taxa cambial sobrevalorizada enquanto a indústria recebia efetivamente, via subsídios, a vantagem de uma taxa cambial favorecida, sendo assim os recursos da agricultura desviados para a indústria.

As técnicas de transferência paulatinamente se tornam mais sutis. Desde o "Manifesto Prebisch" em 1949, assistimos ao movimento que buscava o protecionismo às indústrias nascentes como o único caminho legítimo aberto ao desenvolvimento dos países latino-americanos. O argumento era de que os preços dos produtos primários no exterior tendiam a baixar, perdendo poder da troca, verificando-se o contrário com os produtos industriais. Ao criar-se nosso parque industrial complexo e diversificado no seu impulso desenvolvimentista, acabaríamos por encomendar o fim do próprio desenvolvimento agrícola.

Por esse processo impusemos ao setor agrícola uma série de custos anormalmente altos, tendo sido o setor freqüentemente acusado de ser ineficiente e atrasado; mas a ineficiência é decorrente da política de substituição das importações, que obriga o agricultor a financiar, pela compra de insumos agrícolas manufaturados mais caros, a incapacidade de concorrência de alguns ramos de nossa indústria, protegida da competição externa.

Internamente a agricultura tem sua renda aviltada, enquanto os seus insumos, ditos modernos, têm preços relativamente mais elevados que os internacionais.

Na altura de 1967, saindo de um processo de combate à inflação de demanda quando foram enxugados violentamente os meios de pagamento, entramos no que os economistas chamavam de inflação de custos, devido à capacidade ociosa das indústrias; partimos para a solução de exportar a qualquer custo, com o que se pretendia também resolver a crônica escassez de divisas.

A mola propulsora dessa política baseou-se na implantação de subsídios às exportações e na abolição de tributos diretos e indiretos que taxavam as exportações. Porém todas essas medidas foram criadas exclusivamente para produtos manufaturados, deixando de atingir as exportações de produtos primários. O que, em última análise, significa um câmbio altamente favorável para o produto industrial e outro penalizador para o primário fazendo com que a agricultura continuasse transferindo renda para o crescimento industrial.

RESPONSABILIDADE DA AGRICULTURA NA ECONOMIA BRASILEIRA

A agricultura não pode ser acusada de não ter cumprido o seu papel.

Ainda que em "camisa de forças", tem ela atendido o abastecimento interno embora intercalando crises cada vez mais freqüentes. A situação do abastecimento só não se tem apresentado pior do que é, por causa da contenção da demanda interna por alimentos, em virtude de diversas razões, entre elas a péssima distribuição da renda nacional e o constante assédio dos produtos industriais de consumo supérfluo, razões essas que transcendem o escopo desta palestra.

As exportações de excedentes agrícolas não devem ser esporádicas, mas sim permanentes, pois como sabemos a conquista de mercados se faz conservando os clientes arduamente conquistados. Até bem pouco

tempo atrás, nos colocávamos entre os primeiros exportadores de grãos, posição que, sabemos, se inverteu nas safras 78 e 79 por causa de uma política anti-agrícola e por frustrações climáticas. Hoje o nosso lugar foi conquistado pela Argentina.

A ocupação do território, apesar de todas as dificuldades, também se processou, pelo alargamento das nossas fronteiras agrícolas, por uma agricultura, a maior parte das vezes, extensiva e extrativa nesta fase inicial, quando efetivamente os escassos recursos do Estado impedem os investimentos em infra-estrutura de transporte, armazenagem e melhores mercados locais.

A liberação de mão-de-obra ocorre principalmente depois do advento do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Este estatuto nos parece maquiavelmente elaborado, pois, ao invés de dar garantias efetivas ao trabalhador rural, despiu-o das que ele antes desfrutava e o transformou em trabalhador volante, o conhecido "bóia-fria", sem nenhum amparo efetivo.

Este estatuto, ao provocar liberação de mão-de-obra do campo para ofertá-la à indústria, inchou as cidades de favelas com populações desqualificadas profissionalmente e que se transformaram em problema social sério, pelo nível de tensão que criaram nos grandes centros urbanos do País.

Neste êxodo de mão-de-obra ficam no campo os velhos, os doentes e os menos capazes.

Partindo da experiência urbana de trabalho, a lei se revelou inviável, ao ser aplicada no campo, onde as condições de trabalho são bem diferentes das da cidade. Nas fábricas e escritórios o trabalho é individual e a céu coberto, enquanto nas fazendas, onde se faziam notar algumas lavouras mecanizadas, o trabalhador rural residia e trabalhava com sua família.

Em 63, as áreas urbanas contavam com 45% da população, contra 55% da zona rural; hoje, o que se verifica é exatamente o inverso, ou seja, temos 63% nas áreas urbanas, contra 37% na zona rural, se tanto.

O adensamento dos centros urbanos, com seus problemas de saúde, de tensão psicossocial, gerou distorção econômica igualmente grave: transformou produtores em consumidores, que compram, quando podem, nos supermercados ou, às vezes, roubam quando não têm como comprar o que comer.

As cidades estão inchadas, tensas, doentes e sem alimentos. As fazendas, sem mão-de-obra qualificada, para produzir melhor.

Diz Kissinger que, "durante décadas a visão progressista usual foi que o desenvolvimento econômico geraria mais ou menos automaticamente a estabilidade política; que um padrão de vida em elevação reduziria o descontentamento".

A visão iluminada era que havia uma espécie de fator estabilizador automático no desenvolvimento econômico. Isto se revelou perfeitamente equivocado.

No período 63/77 o produto industrial cresceu 221%, o de serviços 189% e o da agropecuária 93%, segundo dados do IPEA/IBGE. Nestes números dos últimos 14 anos percebe-se claramente a defasagem relativa do setor agrícola. Em 1939 a participação da agricultura no PIB era de 33,3%, estando hoje reduzida a 10%. A população economicamente ativa, no campo, sobre o total nacional, reduziu-se mais lentamente, no mesmo período, de 66% para 35%. As exportações agrícolas finalmente continuaram sendo responsável pela maior parte do nosso desempenho externo.

O que significa isso? Significa que o desnível de

renda no meio rural em relação ao urbano tornou-se maior. E o "gap" é extremamente perigoso. A diferença foi revelada nesta Escola Superior de Guerra pelo ex-Ministro Alysson Paulinelli: "A verdade — dizia o ministro — é que enquanto a renda "per capita" rural continuar tão defasada quanto a observada em 1976 (Cr\$ 4.178,00 no campo, contra Cr\$ 13.826,00 na cidade), prosseguirá o estímulo ao fluxo migratório além do desejado".

Somos certamente favoráveis à industrialização e a aceitamos como uma tendência irreversível para toda a humanidade e em particular, para países como o Brasil, mas, não compreendemos que ela haja de se processar com o abandono do campo.

O presidente João Figueiredo, ao tomar a decisão de conceder prioridade à agricultura e de promover a abertura democrática, demonstra visão de grande estadista, pois estadista é aquele que no momento oportuno sabe dar novo sentido de direção ao planejamento político-econômico de uma nação.

A agricultura, como diz o prof. Paulo Rabelo de Castro, "por ser viável neste País, não merece o castigo de mais um programa complicado por deslumbramentos da pseudo interlectualidade urbana".

Concorda com isso o ministro Delfim Neto, quando afirma não precisar ela de grandes planos e sim de preços razoáveis, que a tornem rentável e que os agricultores tenham um mínimo de garantia para seus investimentos, a que acrescentamos: um máximo de estabilidade da política agrícola, que não pode ser casuística, pois é este casuismo que vem impedindo que os produtores se profissionalizem nos seus mais variados setores, causando mudanças em atividade que só servem para desperdiçar infra-estruturas onerosas e "know-how" adquirido a duras penas.

Na verdade, se remontarmos ao passado e compreendermos nele o processo de urbanização acelerada, veremos que as distorções ocorridas na economia rural, marcada por intervenções deliberadamente casuísticas, decorreram do predomínio da visão urbana na sua fixação.

O Brasil, entre os grandes exportadores mundiais de alimentos, é um País peculiar no tratamento à sua agricultura, que é encarada como atividade destinada unicamente a respaldar o crescimento urbano. Dentro desta visão, o consumidor passa a ser o único ponto fundamental a irradiar medidas. E por sua causa, abandonou-se o melhor ponto de observação da agropecuária, impedindo-se sua maior expansão, por decorrência de uma abordagem meramente extrativista sobre o setor.

Contida em sua expansão, porque cansada de ser apenas geradora de recursos para a urbanização, a agropecuária chega à anemia pela exaustão de suas forças. Sem capital financeiro, vê-se impedida de responder mais rapidamente aos mecanismos de estímulos criados para adiar um ponto de ruptura.

Encaixado como setor destinado a atender às necessidades e reivindicações do meio urbano — o que equivale a dizer: produzir a preços tabelados para dar consistência aos baixos salários que o setor industrial pode ou quer pagar — o agropecuário tornou-se apenas um apêndice no processo de crescimento que os seguidores da escola de Prebisch vislumbraram.

Não se iludam os senhores. Ainda há cabeças brilhantes no Governo e no meio empresarial que consideram fundamental ao Brasil o desenvolvimento a qualquer custo do setor industrial exportador, ainda

que em prejuízo da agricultura. Aos argumentos de que nossa produção rural decrescia ano a ano, costuma-se responder que estamos destinados, por uma fatalidade histórica, a ser exportadores de manufaturados e importadores crescentes de alimentos. Certamente que não precisarei alongar-me na análise desse juízo; os senhores sabem o que isso pode representar em termos de desenvolvimento econômico e até mesmo do ponto de vista estratégico em termos de segurança nacional.

Em consequência desse enfoque urbanófilo de política para o meio rural, é que se criou um processo de desestímulo a novas inversões no campo, impedindo a ampliação e tecnificação da produção. Além de não ocuparmos novas áreas pela expansão física, induzimos a que não se procurasse melhorar a produtividade pela utilização de meios intensivos de produção.

Com isso, além de não criarmos condições para uma efetiva melhoria de vida do produtor rural, estamos degradando a qualidade de vida do meio urbano para seus trabalhadores. Uma corrente permanente de baixas condições, a gerar situações precárias e desemprego de grandes massas, empurradas em direção aos centros urbanos já saturados.

É um processo de bola de neve que gerou o quadro de escassez de alimentos, herdado pelo atual governo, o qual se esforça, com sabedoria, por inverter o processo já histórico.

Criou-se a falsa concepção de que o processo industrial exigia sacrifícios desmesurados do meio rural. Não se procurou entender, coisa curial em países da Europa e nos Estados Unidos, que a atividade agrícola e a industrial são complementares, e que sem agricultura não haverá nenhuma indústria de pé.

Inseridas nesse quadro e sob a pressão dos fatores citados, as atividades agrícolas e pecuárias levariam a conceitos igualmente distorcidos, como, por exemplo, o de que se deu ênfase excessiva à agricultura de exportação em prejuízo da produção interna de alimentos.

Seria muito difícil que ocorresse o contrário. Sem definições claras quanto aos objetivos políticos e governamentais — que eram mudadas do dia para a noite — a agropecuária teria de buscar atender a suas necessidades e superar suas carências, através dos instrumentos disponíveis, e não através dos instrumentos ideais.

A exportação, certamente, ainda tem oferecido boas alternativas, melhores que as do mercado interno.

Num mundo onde o alimento é cada vez mais escasso, onde, cada vez mais, poucos produzem menos para muitos consumirem, a exportação seria a única alternativa a oferecer perspectivas pelo menos aceitáveis à atividade rural. É preciso, para entender-se a busca do mercado externo pela agricultura, estabelecer certos conceitos básicos. O primeiro deles, que a exportação de produtos agrícolas não constitui sacrilégio; ao contrário, é um fato perfeitamente normal numa economia de mercado como a que pretende ser a brasileira.

E se a exportação agrícola não tivesse existido no Brasil, certamente não estaríamos aqui discutindo esses problemas. Sem agricultura não teríamos a industrialização e certamente estaríamos imunes aos problemas que ela traz em seu bojo. Foram os recursos cambiais gerados pelo café que permitiram a implantação do parque industrial brasileiro. E foram os sete bilhões de dólares de produtos agrícolas exportados o ano passado, sem subsídios e alguns gerados com con-

fiscos, que nos livraram das dificuldades de um déficit ainda maior em conta corrente, no balanço comercial.

Um otimismo exagerado na industrialização, erigida à condição de atividade suprema, nos impediu de estabelecermos uma política efetiva de desenvolvimento econômico, onde o sentimento maior da nação tivesse pesado. Incurremos no erro de uma visão política unilateral, que agora estamos tentando corrigir.

OS ERROS DE CONCEPÇÃO

Gostaria, agora, de oferecer reparos a alguns erros de concepção que se criaram a respeito da agricultura no Brasil. Eis alguns deles:

Produtividade — costuma-se buscar exemplos no exterior para se criticar nossos níveis de produtividade. Faz-se apenas uma comparação estatística, sem atentar-se para as peculiaridades de produção. Isso leva a erros de avaliação.

É comum também incorrerem na desinformação, como ocorre com o café. Chegou-se a afirmar, não faz muito tempo, que precisávamos melhorar nossa produtividade nesse campo. Isso constitui num erro brutal em relação à realidade. Temos, e as estatísticas o provam, a maior produtividade mundial de café, que é o dobro da produtividade média de nosso maior concorrente. A nossa é de 1.200 quilos/hectare contra pouco mais de 600 quilos/hectare.

Com o milho acontece a mesma coisa. Juntam-se os números da produção nacional, que tem características diversas em função das áreas em que é produzido e dos objetivos das lavouras. Assim, a produção de áreas tecnificadas do cone sul do Brasil, São Paulo e Minas Gerais, apenas como exemplo, é computado juntamente com as lavouras de subsistência no Nordeste. Ora, qualquer produtor ou autoridade governamental sabe que nossa produtividade de milho em lavouras de expressão econômica está em torno de 2.500 quilos/hectare, enquanto as das culturas de fundo de quintal — que representam cerca da metade da produção nacional — situa-se em níveis inferiores a 500 quilos/hectare. A produção de 2.500 quilos/hectare está entre os bons níveis mundiais de produtividade.

No caso da carne bovina, registra-se também um erro comum de avaliação. Usava-se até recentemente o seguinte quadro: enquanto os países europeus produtores de carne precisavam de 12 milhões de cabeças de gado bovino do rebanho para obtenção de um milhão de toneladas de carne, o Brasil tinha de manter 42 milhões de cabeças para obter essa mesma quantidade do produto. Mas, poucas pessoas talvez saibam que na Europa, para a obtenção dessa produção, o gado tem de ser estabulado e alimentado com grãos, ou seja, mantido com alimentos desviados dos homens, em um mundo cada vez mais carente desses grãos. E que seu preço final, a nível de consumidor, tem de ser muitas vezes subsidiado, porque é três vezes superior ao nosso. Além disso, sabendo-se que um quilo de carne vacuum de confinamento precisa de cinco quilos de ração, o Brasil se usasse deste sistema para produzir os nossos dois milhões de toneladas precisaria de dez milhões de toneladas de grão, ou seja, mais de 20% de nossa produção anual, que em dólares valeria mais de US\$ 2.000.000 o equivalente do preço da carne em janeiro de 79, se importássemos esta quantidade da Argentina. Ou, racionando de outra forma, a alimentação deste gado custaria 25% do total da conta petróleo para este ano.

Dei apenas alguns exemplos, para mostrar que a comparação de números é muito perigosa, e que antes de buscarmos simplesmente melhorar nossa "performance" de produção temos de atentar para a nossa realidade.

Isso não significa que não devamos buscar melhorar nossa produtividade. Devemos sempre buscá-lo, e isso ocorrerá sempre, na medida em que se livrar a agricultura de injustos mecanismos de controle de preços e se mantiverem programas de longo prazo destinados a estimulá-la.

O erro básico, parece, está em que se confunde perigosamente política agrícola com política de abastecimento e não se percebeu que não há abastecimento eficiente sem uma política eficaz que o atenda. E dentro dessa confusão, vamos encontrar que uma grande parte das medidas de política agrícola foram medidas imediatistas de política de abastecimento, inclusive com a criação de uma grande estrutura governamental agindo nessa área, sem que o problema do abastecimento fosse realmente equacionado, porque o da produção não havia sido atacado previamente.

O problema da lucratividade, repito, foi relegado e ele tem um peso muito ponderável sobre a produção e produtividade.

Outro erro de perspectiva tem sido o de que existe incompatibilidade entre a produção de alimentos de exportação e os destinados ao mercado interno. Nada mais errado do que isso. A produção de produtos exportáveis e de consumo interno são paralelas e complementares. O que ocorreu é que a produção que serve sobretudo ao mercado interno — milho, arroz, feijão, entre outros produtos — influenciada pela política de abastecimento, fabricada em moldes imediatistas, veio sendo desestimulada. Além disso, ela já vinha sofrendo declínio em consequência da extinção do sistema de colonato nas fazendas de café.

A produção agrícola e pecuária no Brasil, como no resto do mundo, tem estado submetida a periódicas crises de escassez e preços altos, que são sempre seguidas de superprodução e baixos preços; isso significa que se soubermos fixar mecanismos de política econômica adequados — e este é o sentido maior de uma política de estoques reguladores — conseguiremos ajustar os interesses da política de abastecimento aos da política agrícola que começa a ser criada. Torna-se necessário instituir entre nós um sistema de estoques consideráveis de grãos.

Estima-se que há no Brasil cerca de 225 milhões de hectares de terras cultiváveis, o que representa cerca de cinco vezes a área atualmente utilizada em lavouras e a sétima parte da área disponível no mundo para fins agrícolas.

Isso significa que se soubermos estimular nossa produção agrícola e pecuária, através de uma política efetiva de produção e não somente de abastecimento, conseguiremos lograr apreciáveis resultados.

Passos efetivos começam a ser dados pelo Governo do Presidente João Figueiredo. É preciso, entretanto, que sejam medidas de longo alcance e não programas interinos submetidos ao capricho de determinados períodos de governo.

É preciso, por exemplo, na questão do aumento da exportação, que sejam criados mecanismos compensatórios para que a produção não seja desestimulada em ocasiões de grande oferta mundial.

Isso daria segurança ao produtor e o estimularia a produzir mais.

Um outro passo importante para a agricultura é a melhoria da política salarial. Deve-se deixar de comprimir o salário, permitindo que ele se fixe mais pelo embate de fatores de mercado, do que no interesse de determinados segmentos econômicos, desejosos de obtenção de mão-de-obra barata. Soluções como a da bolsa alimentar, embora paliativas, não resolverão o problema da subnutrição de modo definitivo.

É necessário expandir o poder aquisitivo das massas trabalhadoras, pois assim se estará criando mercado interno para os produtos agrícolas.

CONCLUSÃO: O BRASIL NA NOVA ERA DE AUSTERIDADE

Meus senhores:

O grande desafio da década de 80 será, particularmente no caso brasileiro, o de resolver a tensão artificialmente nutrida entre o meio urbano e o rural. Implementada a prioridade agropecuária e cumpridas as promessas governamentais da garantia de compra e de preços, não temos dúvida de que teremos uma década de maior abundância no Brasil.

Esta será a única forma válida de harmonizar o desenvolvimento rural com o urbano, eliminando o conflito potencial hoje existente.

Será muito difícil ao País manter uma oferta de empregos em nível elevado senão com grandes complexos agroindustriais que retenham no campo parcela ponderável dos agricultores que hoje afluem aos grandes centros em busca de melhores oportunidades e sem perspectivas efetivas. Ou mesmo que levem de volta ao campo parte dos migrantes que se encontram nas favelas, desempregados.

Os valores essenciais da vida somente serão preservados se formos capazes de resolver o grande desafio que nos reserva a década seguinte.

Viveremos nos próximos anos um período de crescente incerteza em nossa economia, o que vai afetar a própria sociedade. E temos de estar preparados para enfrentar esse período.

Uma pesquisa do professor Julian Chacel, diretor do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, divulgada na edição de maio da revista "Conjuntura Econômica", mostra que a liderança empresarial já percebeu as dificuldades de ajustamento econômico e a necessidade de ajustamento social, den-

tro de um quadro difícil marcado pela elevação do custo de mão-de-obra, ou seja, uma brutal alta nos custos das empresas.

A agricultura tem uma contribuição básica a dar na superação desses conflitos. Mas, se faz necessário que seja compreendida como atividade econômica essencial à estabilização do sistema político e social do País e não apenas como veículo transitório de superação de crises inflacionárias e de balanço de pagamentos ou resposta passageira ao aperto energético atual.

Creio que a resolução do problema agrícola nos termos referidos nos levará efetivamente ao desejo desta Escola Superior de Guerra de chegarmos efetivamente a ter no Brasil a estabilidade política e a paz social, que todos almejamos.

O sentimento da Nação terá de ser repensado na década de 80.

A crise energética nos obriga a ser mais austeros, e a que deixemos de incutir nas massas gostos e valores não-essenciais.

A realização humana e os grandes avanços da humanidade nunca estiveram depositados na explosão do prazer e na idolatria do consumo afluente. O consumismo não é um fenômeno moderno. É um sintoma típico da decadência de todas as grandes civilizações do passado.

A coragem, o altruísmo e o trabalho, no entanto, é que são características próprias ao verdadeiro progresso. Renunciar a esses verdadeiros valores será a ruína de nossa construção social incipiente. Portanto, o momento nacional exige muita reflexão.

Os empresários urbanos compreendem isso, e são hoje os defensores de uma revisão do modelo. O empresário Antônio Ermirio de Moraes, uma das mais lídimas expressões das lideranças urbanas hoje do Brasil, e dirigente do maior complexo industrial nacional, tem procurado demonstrar a insensatez da política de se ter abandonado a agropecuária no passado. E prega a necessidade de se restabelecer a importância da agricultura no processo de desenvolvimento.

A Nação está cansada de consumerismo exagerado. E busca o reencontro de certos valores morais que dêem maior significado à vida nacional.

E dentro dela haverá uma verdadeira volta ao campo, sem o qual o Brasil do futuro não continuará viável."